MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900012/2026

E D I T A L

REGISTRO DE PREÇOS
(Processo nº 54/2026)

EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 4.257/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo n° 54/2026, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM, destinada à REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para uso dos servidores e funcionários públicos lotados nas diversas Unidades Administrativas do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 20/03/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h00
SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: https://www.gov.br/compras/pt-br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial https://www.gov.br/compras/pt-br

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada por este MUNÍCÍPIO, as futuras contratações de **REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para uso dos servidores e funcionários públicos lotados nas diversas Unidades Administrativas do Município de São Jorge D'Oeste/PR**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Jorge D'Oeste responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 156, III da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como, tenham sido declaradas inidoneas para licitar ou contratar nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021;

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Jorge D'Oeste, nos termos da Lei nº 14133/2021;

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes;

2.4.4 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

2.5 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.7 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição[1].

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

[1] A vedação se justifica tendo em vista que o objeto não é considerado de alta complexidade ou vulto.

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.2 Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1 Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da requisição de compras/empenho, conforme Termo de Referência.

3.4.2 Os prazos de que tratam o item 3.4.1 poderá ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.7.1 de condições de participação:

a) sobre ciência do edital;

b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.7.2 para fins de habilitação:

a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

b) sobre inexistência de impedimento à habilitação

c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

3.7.3 de cumprimento da legislação trabalhista:

a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.8 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da

sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no "chat" e relatar o teor das comunicações.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **"ABERTO"**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.4.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo pregoeiro.

6.4.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6 Durante a "etapa aberta" da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

6.6.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 Durante a disputa, como medida excepcional, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletronica automática via sistema, e consequentemente a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa (Art. 120, §§4º e 5º, do Decreto Municipal 3927/2023).

6.8. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO

PORTE DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

7.1 Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, bem como as previsões contidas no Decreto Municipal nº 4.257/2024.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 A presente licitação terá como critério de participação a limitação a empresas de âmbito regional, conforme autorizado pela legislação vigente, em especial pelo disposto no artigo 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Art. 9º, inciso II do Decreto Municipal nº 4.257/2024.

7.4 Tal previsão visa promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, fortalecendo as economias descentralizadas, incentivando a geração de emprego e renda, e estimulando a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na região.

7.5 Ao restringir a participação a empresas sediadas ou com atuação predominante na região, busca-se garantir que os recursos públicos investidos retornem à própria comunidade, dinamizando a economia local, promovendo a inclusão produtiva e favorecendo a sustentabilidade de pequenos empreendedores locais e regionais. Além disso, essa medida contribui para a redução de desigualdades regionais, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, da isonomia e do desenvolvimento sustentável.

7.6 Cumpre destacar que a limitação ora imposta não representa afronta ao caráter competitivo da licitação, mas sim um mecanismo legítimo de promoção de políticas públicas diferenciadas, conforme permitido pelo ordenamento jurídico, notadamente nos casos em que a contratação de empresas locais ou regionais representa maior eficiência econômica e social para a Administração Pública.

7.7 Dessa forma, justifica-se plenamente a adoção da restrição regional na presente licitação, em observância à diretriz legal de fomento ao desenvolvimento regional e ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na LC nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 4.257/2024.

7.8 Diante disso, considerando a amplitude de possíveis fornecedores regionais e/ou locais, admite-se a aplicação do Decreto Municipal nº 4.257/2024, e por ele, restringir este

certame, apenas entre as empresas sediadas, ou sua matriz ou filial, localizadas geograficamente na Região do Sudoeste do Paraná, conforme autoriza o inciso II do Art. 9º do mencionado Decreto.

7.10 Para fins de aplicação do dispositivo contido no item 7.8, considera-se:

7.10.1 LOCAL: Município de São Jorge D'Oeste/PR;

7.9.2 Âmbito Regional - Municípios do Sudoeste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

7.9.3 MUNICÍPIOS: Ampere, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço **POR ITEM.**

8.3. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e especificações deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.4.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 7.2, 7.3, 8.2 e 8.3 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei 14.133/2021 (Artigo 127, §2º do Decreto 3927/2023).

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo IV do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos

documentos exigidos no edital para verificação ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de ficha técnica, catalogos, *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

10.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem os subitens 10.1.6 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

10.1.7 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.8 A proposta será desclassificada quando:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.8.1 O MUNICÍPIO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "d" acima.

10.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

10.2.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, devendo a licitante apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.
10.2.4 concluída a negociação se houver resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

10.2.5 Em sendo o caso, a apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem com o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos encargos Sociais (ES), deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" ,"d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

11.2 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2.1 O Pregoeiro verificará ainda a qualificação do licitante como ME ou EPP sediada ma Região Sudoeste do Paraná.

11.3 Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

11.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.

d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.

e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal,** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

h. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.3 – DECLARAÇOES:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.7.2 deste edital.

b. Declaração unificada, conforme modelo contido no Anexo IV.

c. Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 11.3.4, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

11.4 Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Av. Iguaçu, 281, Centro São Jorge D'Oeste, Pr, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

11.7.1 - Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 - O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.4 - Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

a. identidade dos sócios;

b. atuação no mesmo ramo de atividades;

c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.12.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DA AMOSTRA

13.1 Os produtos que necessitam amostras, as mesmas estão condicionadas no próprio descritivo, **em que pese, a saber os seguintes itens: 56, 57, 58, 59, 61, 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 157, 158, 159 e 160**.

13.1.1 Em tempo, para aqueles que no descritivo, além da necessidade de apresentar as amostras, igualmente está sendo sugiras marcas, quando e se, o licitante apresentar proposta para aquelas marcas referenciadas, poderá ser dispensadas a amostra.

13.1.2 Os produtos da amostra, não serão computados no quantitativo registrado.

13.1.3 **A amostra deverá ser encaminhada para o endereço: Av. Iguaçu, 281 centro, CEP 85.575-000, São Jorge D'Oeste, aos cuidados do Pregoeiro (equipe de contratação) em até 5 (cinco) dias, após solicitada, sob a condição de desabilitação, caso não atenda o prazo estabelecido**.

13.1.4 **O Pregoeiro encaminhará a amostra, à Comissão Especial de Avaliação, composta por 3 (três) servidores deste órgão, nomeados competente em Portaria exclusiva pelo Executivo Municipal.**

13.1.5 As amostras permanecerão na responsabilidade Divisão de Recursos Humanos até o encerramento do contrato/ata de registro de preços, para comparações com as entregas durante a execução contratual, no entanto, ao final da vigência, a contratada poderá retirar os itens amostrais.

13.1.6 Somente serão solicitadas as amostras aos licitantes classificados em primeira colocação.

13.1.7 Caso sejam desclassificadas as amostras do primeiro colocado, segue-se solicitando-as ao segundo colocado e assim sucessivamente até que forem aprovadas.

13.1.8 Caso nenhum classificado tenha suas amostras aprovadas o item será considerado fracassado.

13.1.9 A licitante terá o prazo máximo de 5 dias para que entregue ao pregoeiro (podendo ser por envio via correio ou assemelhados), com identificação em destaque ao item ao qual se referem.

13.1.10 A não observação a esta prazo, sem motivação justificada, será desclassificado automaticamente do certame.

13.2 **DO TRATAMENTO À AMOSTRA:**

13.2.1 As amostras serão recepcionadas pelo Grupo de Trabalho (GT), que foi o responsável na definição das especificações técnicas, estabeleceu critérios de qualidade e deverá acompanhar o processo de aquisição de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os servidores do Município, com as seguintes funções:

I - Realizar o levantamento das necessidades de uniformes e EPIs para cada cargo e função no âmbito da Administração Municipal.

II - Elaborar as especificações técnicas detalhadas de cada item, que servirão de base para o Termo de Referência do processo licitatório.

III - Estabelecer os critérios objetivos para a avaliação e aprovação das amostras a serem apresentadas pelos licitantes.

IV - Prestar suporte técnico à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro durante o certame.

V - Atuar como comissão de recebimento dos materiais, atestando se os produtos entregues pelo fornecedor vencedor correspondem integralmente às amostras aprovadas e às especificações do edital.

Os requisitos mínimos a serem observados pelo GT na especificação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são:

I - Certificado de Aprovação (CA): Exigir que todo EPI possua Certificado de Aprovação válido, emitido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, devendo o número do CA constar na proposta e ser gravado de forma indelével no produto.

II - Adequação ao Risco: A especificação deve ser precisa quanto ao tipo de risco que o EPI visa proteger (ex: químico, físico, biológico, mecânico), em conformidade com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) ou o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da entidade.

III - Qualidade e Durabilidade: O material deve ser de alta qualidade, com costuras reforçadas, acabamento cuidadoso e resistência compatível com a atividade a ser desempenhada.

IV - Ergonomia e Conforto: O equipamento não deve restringir os movimentos do trabalhador nem causar desconforto que possa levar à sua não utilização.

E para os Uniformes, orientam-se pelos requisitos mínimos a serem observados pelo GT nas suas especificações são:

I - Padronização e Identidade Visual: Definir o layout, as cores, a aplicação de logotipos e os elementos de identificação do uniforme, mantendo a identidade visual da Administração Municipal.

II - Funcionalidade e Clima: O tecido e o modelo devem ser adequados às condições climáticas da região e à natureza da atividade (ex: tecidos leves e com proteção UV para atividades externas; tecidos mais resistentes para atividades operacionais).

III - Durabilidade e Manutenção: Exigir tecidos de fácil lavagem, baixa taxa de encolhimento e resistentes ao desbotamento.

IV - Segurança: Para funções operacionais, o uniforme não deve possuir partes soltas que possam se prender em máquinas. Para atividades noturnas ou em vias públicas, deve-se prever a inclusão de faixas refletivas.

As especificações técnicas e os critérios de avaliação definidos por este Grupo de Trabalho compõe o descritivo individual de cada item levado a este certame.

O Grupo de Trabalho terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o relatório final com as especificações técnicas e os critérios de avaliação, aprovando ou reprovando a marca apresentada no certame, representada pela amostra.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.1.1 O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

14.1.2 Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

14.1.3 Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam,

desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

14.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados a Prefeito para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Prefeito, quando houver recurso, e pelo Prefeito nos demais casos.

15.2 A homologação deste Pregão compete ao PREFEITO.

15.3 O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.

15.4 Antes da homologação da licitação pela Diretora-Geral, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Após homologado o resultado deste Pregão, o MUNICÍPIO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

000873

16.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

16.1.3 O MUNICÍPIO poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê- la assinada no prazo previsto no item 15.1.

16.2 A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

16.2.1 O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso II do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

16.2.2 Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.3 Os registros se farão da seguinte forma:

16.3.1 Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

16.3.2 No anexo da ARP:

16.3.2.1 Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

16.3.2.2 Os preços e quantitativos das licitantes que mantiveram sua proposta original.

16.3.3 Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem 16.3.2.1 antecederão aqueles de que trata o subitem 16.3.2.2.

16.3.4 Se houver mais de uma licitante nas situações do subitem 16.3.2, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

16.4 No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

16.4.1 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada de que trata o subitem 16.3.2.1 antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2.

16.4.2 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

16.4.3 Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

16.5 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

16.5.1 A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

16.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

16.7 Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.2.1 e 15.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo X – Da Aceitabilidade da Proposta, e no Capítulo XI – Da Habilitação.

CAPÍTULO XVII – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

17.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a

renovação dos quantitativos registrados, até o limite da quantidade original.

17.2 Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por igual período 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

17.3 Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

CAPÍTULO XVIII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

18.1 O MUNICÍPIO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

18.2 Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

CAPÍTULO XIX – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A Secretaria de Administração de Contratações do MUNICÍPIO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, observando-se o disposto no art. 40, no art. 46.

19.2 A convocação do fornecedor beneficiário pelo MUNICÍPIO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

19.3 O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

19.4 Quando comprovada a hipótese acima o MUNICÍPIO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

20.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de JANEIRO DE 2026, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

20.2 A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostilamento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em, qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato.

20.3 O reequilíbrio dos preços registrados será realizado mediante a solicitação do fornecedor ou da administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante apostilamento, observando o disposto no inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

20.4 O pedido realizado pelo fornecedor para reequilíbrio de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do aditivo.

20.5 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de reequilíbrio de preço.

20.6 A execução do objeto ou a extinção da ata de registros de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que ao reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo indenizatório.

CAPÍTULO XXI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

21.1 O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

21.1.1 a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

21.1.2 por iniciativa do MUNICÍPIO, quando:

21.1.2.1 o fornecedor:

21.1.2.1.1 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se

tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.1.2.1.2 - perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

21.1.2.1.3 - deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.1.2.1.4 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.1.2.1.5 - sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

21.1.2.2 configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

21.1.2.3 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

21.1.3 Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o MUNICÍPIO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

21.2 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

21.2.1 por extinção da totalidade do seu objeto; e

21.2.2 quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXII – DA NOTA DE EMPENHO

22.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o MUNICÍPIO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco)

dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

22.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

22.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o MUNICÍPIO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

22.2 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

22.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2026, constante do Processo nº 54/2026, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

22.4 O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

22.5 Para a retirada da nota de empenho referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

22.5.1 Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 21.1, o recebimento da mesma.

22.5.1.1 O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

22.6 A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXIII – DA FORMA DE PAGAMENTO

23.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 23.4 Capítulo XXIII não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

23.2 Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XXVII.

23.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

23.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 22.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

23.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

23.6 Ainda os pagamentos estão submetidos as regras previstas no que couber aos artigos 159 e 160, do decreto Municipal 3927/2023.

CAPÍTULO XXIV – DO PRAZO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

24.1 A contratada deverá realizar os serviços sem ônus para esta municipalidade, no local indicado na solicitação dos mesmos.

24.2 O prazo de execução do objeto será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento pela empresa da requisição de compras/empenho enviado pela secretaria requisitante.

24.3 O fornecedor beneficiário fornecerá o(s) serviço(s) conforme a(s) especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

24.3.1 Por motivo de força maior e desde que seja do interesse do contratante, o fornecedor beneficiário poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta. Essa poderá ser aceita pelo MUNICÍPIO após análise técnica.

24.3.2 Só será aceita a entrega de item de outra marca que comprove possuir o Certificado exigido no item 10.1.1.

24.3.3 Sob hipótese nenhuma, a troca de marca implicará em alteração do preço do item.

24.4 Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

II. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

24.5 Constatadas irregularidades no material entregue, o MUNICÍPIO poderá:

I. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

II. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a

indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

24.6 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

24.7 Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CAPÍTULO XXV - DA FISCALIZAÇÃO

25.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

25.2 O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

CAPÍTULO XXVI – DA VIGÊNCIA, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

26.1 É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

26.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

26.3 A Ata de registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser renovada por igual período, restabelecendo ser saldo originário.

CAPÍTULO XXVII - DA RESCISÃO

27.1 A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos. artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.2 A extinção do ajuste poderá ser:

I. determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. consensual, por acordo entre as partes; ou

III. determinada por decisão judicial.

27.3 A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do MUNICÍPIO.

27.4 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XXVIII – DAS PENALIDADES

28.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

28.2 Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 27.1.

28.3 Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

28.3.1 Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

28.3.1.1 aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e

28.3.1.2 determinar a rescisão unilateral do ajuste.

28.4 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

28.4.1 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

28.4.2 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

28.4.3 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

28.4.4 Findo o prazo do subitem 27.4.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no subitem 27.3.1.1.

28.5 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 27.3 a 27.4 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

28.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

28.7 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

28.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXIX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

29.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@pmsjorge.pr.gov.br.

29.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

29.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

29.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das

propostas.

29.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@pmsjorge.pr.gov.br.

29.4.1 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

29.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do MUNICÍPIO para os interessados.

CAPÍTULO XXX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

30.1 O fornecedor beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo MUNICÍPIO, após o recebimento da nota de empenho, que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

30.2 As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

30.3 Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

30.4 A comunicação entre o MUNICÍPIO e o fornecedor beneficiário se dará pelos e-mails administracao@pmsjorge.pr.gov.br ou compras@pmsjorge.pr.gov.br.

CAPÍTULO XXXI - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

31.1 São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

a. manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

b. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

c. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

d. responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

31.2 O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

31.3 O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

31.4 Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do MUNICÍPIO.

31.5 Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CAPÍTULO XXXII - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

32.1 O Município e o fornecedor beneficiário se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

32.2 O fornecedor beneficiário declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo MUNICÍPIO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

32.3 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

32.4 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto

na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

32.5 O fornecedor beneficiário fica obrigado a comunicar ao MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

32.6 Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CAPÍTULO XXXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

33.2 Integram este edital os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo III – modelo de apresentação de proposta; ANEXO IV – Declaração Unificada.

33.3 Os atos normativos do Município referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico https://www.pmsjorge.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br.

33.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

33.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

33.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

33.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município no

tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

33.8 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Município, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

33.9 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXXIV – DO FORO

34.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro São João, na cidade de São João, Paraná, com exclusão de qualquer outro.

São Jorge D'Oeste, 03 de março de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
PREFEITO

PREFEITURA MUNICPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
TERMO DE REFERÊNCIA – TR

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O Termo de Referência, é um documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter parâmetros e elementos descritivos estabelecidos no art. 70, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação; ((inciso XXXII do Art. 6º do Decreto nº 3.927/2023).

O Termo de Referência, é o documento que define e esclarece com exatidão, o que realmente se pretende adquirir ou contratar. Traz a definição do objeto e outros elementos necessários à sua perfeita contratação e execução, de forma padronizada no rol de qualificação das informações.

O Termo de Referência é elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar (ETP), porém nos casos em que a legislação, permite a contratação sem a elaboração do ETP, o Termo de Referência deverá conter informações que originalmente estariam naquele documento ora dispensado, de modo, que possui uma padronização diferente da primeira e específica para casos de ausência do ETP.

Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência, que no caso do Município de São Jorge D'Oeste/PR, foram elaborados com base nos modelos da Advocacia-Geral União, e adotados com adequações.

No caso de não utilização do modelo, ou sofre alterações, a unidade requisitante deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos do processo.

Cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares, a depender da temporalidade da contratação.

O Termo de Referência deve conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

Sua elaboração será em conformidade com o inciso XXIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 69, 70, 71, e 72 do Decreto Municipal n° 3.927/2023, nos seguintes termos:
"A elaboração do TR é dispensada na hipótese dos incisos III e VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e nas adesões a atas de registro de preços" (**caput** do Art. 72 do Decreto nº 3.927/2023).
"Ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011" (**caput** do Art. 71 do Decreto nº 3.927/2023).
"Poderão ser elaborados modelos de TR instituídos pela Divisão de Compras, com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico, que conterão os elementos previstos no caput e deverão ser utilizados pelos órgãos e entidades" (**caput** do Art. 70 do Decreto nº 3.927/2023).
"Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:" (**caput** do Art. 69 do

000889

Decreto nº 3.927/2023).

*"I - **definição do objeto,** [...]"* (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *a* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 1** deste documento;

*"II – **fundamentação da contratação** [...]"* (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *b* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 2** deste documento;

*"III – **descrição da solução como um todo, [...]"*** (inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *c* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 3** deste documento;

*"IV – **requisitos da contratação;"*** (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *d* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento;

*"V – **modelo de execução do execução do objeto, [...]"*** (inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *e* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

*"VI – **modelo de gestão do contrato, [...]"*** (inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *f* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*"VII – **critérios de medição e de pagamentos;"*** (inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *g* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*"VIII – **forma e critérios de seleção do fornecedor,"*** (inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *h* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*"IX – **estimativas do valor da contratação, [...]"*** (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *i* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*"X – **adequação orçamentária, [...]"*** (inciso XI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *j* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas, previstos no que couber e se aplicar no: Art. 2º, inciso II, Art. 5º, Art. 6º, Incisos X, XV, Art. 40, 41, 42, 43 e 44. At. 78, inciso IV, Artigos 82 a 85 da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto nº 3.927/2023; e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 5ª Edição.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR Nº 11/2026

Órgão gestor:
Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

Órgãos participantes:
Todas as demais secretarias e órgãos da Administração Pública de São Jorge D'Oeste/PR.

Planejamento municipal:
Verifica-se que há consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2026, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras/

Da dispensa de apresentação do ETP (Estudo Técnico Preliminar)
Verifica-se nos termos do inciso I do Art. 63 do Decreto nº 3.927/23, a obrigatoriedade da apresentação do ETP para a contratação em questão.

Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência
Membros requisitantes:

- Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, nomeado pelo Decreto nº 4496/2025, o Senhor Clair Mariano da Costa;
- O Agente de Contratação para a fase interna, o servidor efetivo, Clodoaldo Blank, nomeado pela Portaria nº 2865/2025.

SEÇÃO 1 – DEFINIÇÕES DO OBJETO (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *a* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021).

1. DO OBJETO

OBJETO: Aquisição parcelada, por meio de REGISTRO DE PREÇOS, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para uso dos servidores e funcionários públicos lotados nas diversas Unidades Administrativas do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

1.1 DA NATUREZA DO OBJETO

1.1.1 O objeto desta contratação é caracterizado como produto de natureza comum, conforme os termos do inciso VIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, e inciso XIII do Artigo 6º da Lei 14.133/2021: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
1.1.3 Os produtos, objetos desta contratação, são caracterizados como de uso contínuo, conforme os

termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.2 DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo produtos de luxo, conforme Art. 41 do Decreto nº 3.927/2023, assim como no Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, portanto, *não enfrentam as vedações de contratação dispostas no Art. 43 daquele decreto.*

1.3 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

1.3.1 Conforme o disposto no Inciso IV, Parágrafo 1º do Artigo 18, combinado com o inciso III do Artigo 40 da Lei 14.133/2021, as justificativas das quantidades a serem adquiridas foram enviadas pelas Secretarias divisões requisitantes e estão disponíveis no processo, por meio do memorando consolidado de nº 09/2025, enviado pela Divisão de Recursos Humanos na data de 25 de novembro de 2025.

1.3.2 O quantitativo estimado para esta contração apresenta-se conforme abaixo:

ITEM	COD EQUIP.	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
	67882	Avental de PVC -VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental de segurança confeccionado em PVC, composição de 85% policloreto de vinila e 15% poliester, gramatura de 0,145g/m², forro dse poliester com tiras do mesm material, soldadas eletronicamente, sendo uma no pescoço e duas na cintura, com fivela plastica de engate rápidopara ajuste e fechamento e acabmento das laterais com solda eletronica, Pode ter variações quanto ao fechamento se com fivela , ilhós ou tiras, Avental com medidas minimas 100 X 0,70, maracção do CA na Etiqueta. Aprovado para proteção do tronco e membros superiores do ususario contra a umidade proveniente de operações com uso de água. MARCA DE REFERENCIA: PREVEMAX, PLASTCOR.	Und	55
	67883	Avental de PVC -VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental de segurança confeccionado em PVC, composição de 85% policloreto de vinila e 15% poliester, gramatura de 0,145g/m², forro dse poliester com tiras do mesm material, soldadas eletronicamente, sendo uma no pescoço e duas na cintura, com fivela plastica de engate rápidopara ajuste e fechamento e acabmento das laterais com solda eletronica, Pode ter variações quanto ao fechamento se com fivela , ilhós ou tiras, Avental com medidas minimas 120 X 0,70, maracção do CA na Etiqueta. Aprovado para proteção do tronco e membros superiores do ususario contra a umidade proveniente de operações com uso de água. MARCA DE REFERENCIA: PREVEMAX, PLASTCOR.	Und	55
	67884	AVENTAL DE RASPA MODELO BARBEIRO COM MANGAS LONGAS - VESTIMENTA TIPO AVENTAL, Avental de segurança confeccionado em raspa, mangas longas de raspa, tira de raspa na cintura fixada por costura para ajustes nas costas, modelo barbeiro. Avental com medi- das mínimas de 100 x 0,70cm. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco e mem- bros superiores do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenien- tes de operações de soldagem e processos similares. MARCA DE REFERENCIA: KOCH	Und	5

	67886	Avental de Raspa- VESTIMENTA TIPO AVENTAL Descrição: avental de segurança confeccio- nado em raspa, tiras em raspa e fivelas metá- licas no pescoço e na cintura para ajustes. Avental com medidas mínimas de 120 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: proteção do tronco do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de sol- dagem e processos similares. TAMANHOS: P MARCA DE REFERENCIA: KOCH	Und	20
	67885	Avental de Raspa- VESTIMENTA TIPO AVENTAL Descrição: avental de segurança confeccionado em raspa, tiras em raspa e fivelas metá- licas no pescoço e na cintura para ajustes. Avental com medidas mínimas de 100 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: proteção do tronco do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de sol- dagem e processos similares. TAMANHOS: P MARCA DE REFERENCIA: KOCH	Und	10
	67887	Avental Térmico -VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental térmico em tecido de algodão com camada impermeabilizante, com tiras de próprio tecido nas laterais e no pescoço, costura com linha de para-aramida, sem forro. Avental com medidas mínimas de 100 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas, calor de contato, convectivo, radiante e ferro fundido). TAMANHOS: M MARCA DE REFERENCIA: BENE THERME	Und	20
	67888	Avental Térmico- VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental térmico em tecido de algodão com camada impermeabilizante, com tiras de próprio tecido nas laterais e no pescoço, costura com linha de para-aramida, sem forro. Avental com medidas mínimas de 120 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas, calor de contato, convectivo, radiante e ferro fundido). TAMANHOS: G MARCA DE REFERENCIA: BENE THERME	Und	20
	67889	BALACLAVA- Descrição: Capuz de segurança – touca de brim confeccionado em tecido de algodão tipo brim, fechamento através de velcro, modelo soldador. Cor a definir. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: proteção do crânio e pes- coço do usuário contra agentes abrasivos, es- coriantes e térmicos provenientes de opera- ções de soldagem e processos similares. TAMANHOS: UNICO MARCA DE REFERENCIA: BRASCAMP, PRIME, SAYRO, NEXUS	Und	10
	67890	Bata - VESTIMENTA TIPO BATA Bata de segurança confeccionada em resina de polietileno, sem componentes metálicos, com pigmentos com produtos de grau alimenticio, com capuz. GRAMATURA GR90 Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: Proteção do crânio, pescoço, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com o uso de água. TAMANHO: UNICO MARCA DE REFERENCIA: -PREVEMAX	Und	3000

000893

	67891	BONÉ ARABE- Descrição: Vestimenta de segurança tipo ca- puz confeccionado em tecido algodão, mo- delo árabe, elástico na nuca, fechamento frontal total por costuras. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: proteção do crânio e pes- coço do usuário contra agentes abrasivos, es- coriantes e térmicos provenientes de opera- ções de soldagem e processos similares. TAMANHOS: UNICO MARCA DE REFERENCIA: BRASCAMP, PRIME, SAYRO, NEXUS	Und	80
	67892	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 36	PARES	1
	67893	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 37	PARES	1

	67894	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 38	PARES	1
	67895	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 40	PARES	4
	67896	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 41	PARES	1

	67897	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 42	**PARES**	1
	67898	BOTA DE SEGURANÇA CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota cano longo, impermeável, inteiro polimérico, resistente à baixa temperatura, confeccionado em poliuretano injetado com propriedade antiestática, resistência química, com sistema de absorção de energia no solado, resistente ao óleo combustível e resistência ao escorregamento, cor verde com solado preto. Marcação do CA: no solado Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. TAMANHOS: 41 MARCA DE REFERÊNCIA: VULCABRAS	PARES	2
	67899	BOTA DE SEGURANÇA CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota cano longo, impermeável, inteiro polimérico, resistente à baixa temperatura, confeccionado em poliuretano injetado com propriedade antiestática, resistência química, com sistema de absorção de energia no solado, resistente ao óleo combustível e resistência ao escorregamento, cor verde com solado preto. Marcação do CA: no solado Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. TAMANHOS: 42 MARCA DE REFERÊNCIA: VULCABRAS	PARES	4
	67900	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 34** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5

	67901	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 35** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67902	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 36** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67903	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 37** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10
	67904	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 38** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	UND	10

000897

	67905	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 39** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	UND	10
	67906	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 40** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67907	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 41** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67908	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Branca com solado bege.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 42** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5

	67909	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 34** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67910	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 35** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67911	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 36** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67912	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 37** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10

	67913	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 38** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10
	67914	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 39** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10
	67915	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 40** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67916	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 41** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5

	67917	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, **Preta com solado Preto.** Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 42** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5
	67918	**BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B** Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 34**	PARES	10
	67919	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 35**	PARES	10
	67920	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 36**	PARES	15
	67921	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 37**	PARES	30

	67922	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 38**	PARES	40
	67923	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 39**	PARES	40
	67924	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 40**	PARES	30
	67925	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 41**	PARES	30
	67926	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 42**	PARES	30

	67927	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 43**	PARES	15
	67928	BOTINA DE SEGURANÇA TIPO -B Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento por atacadores, confeccionado em couro tipo vaqueta, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano injetado diretamente no cabedal. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 44**	PARES	5
	67929	**BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B** Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 37** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	30
	67930	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 38** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	30
	67931	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 39** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	60

	67932	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 40** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	100
	67933	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 41** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	100
	67934	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 42** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	100
	67936	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 43** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	10

	67938	BOTINA DE SEGURANÇA- TIPO B Descrição: Calçado ocupacional, tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, palmilha de montagem em TNT – tecido não tecido resinado na cor branca, costurada pelo processo strobel, forro interno em TNT tecido não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bidensidade na cor cinza, injetado diretamente ao cabedal, com resistência ao óleo combustível e a absorção de energia no salto, biqueira em polipropileno. Marcação do CA: Na lateral do solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. **TAMANHOS: 44** MARCA DE REFERÊNCIA: BRACOL, MARLUVAS	PARES	5
	67939	**CALÇA- VESTIMENTA TIPO CALÇA** Calça comprida, tecido em brim de primeira linha 100% algodão, com bolso traseiro, com cós de elástico, na cor azul marinho Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção MMII TAMANHO: G SOLICITAR AMOSTRA	UND	100
	67940	CALÇA- VESTIMENTA TIPO CALÇA Calça comprida, tecido em brim de primeira linha 100% algodão, com bolso traseiro, com cós de elástico, na cor azul marinho Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção MMII **TAMANHO: GG** SOLICITAR AMOSTRA	UND	100
	67941	CALÇA- VESTIMENTA TIPO CALÇA Calça comprida, tecido em brim de primeira linha 100% algodão, com bolso traseiro, com cós de elástico, na cor azul marinho Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção MMII **TAMANHO: M** SOLICITAR AMOSTRA	UND	80
	67942	CALÇA- VESTIMENTA TIPO CALÇA Calça comprida, tecido em brim de primeira linha 100% algodão, com bolso traseiro, com cós de elástico, na cor azul marinho Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção MMII **TAMANHO: P** SOLICITAR AMOSTRA	UND	60
	67945	**Calça- VESTIMENTA TIPO CALÇA** Calça de segurança, confeccionada em polietileno sem componentes metálicos. Marcação do CA: Parte superior frontal. Aprovado para: Proteção das pernas do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água GRAMATURA GR90 . **TAMANHO: UNICO** MARCA DE REFERENCIA: - PREVEMAX	Und	3000

	67949	**CALÇA- VESTIMENTA TIPO CALÇA** Confeccionado em Brim, na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição, 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%), gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%). Cós postiço com 4,5 cm largura, fechamento através de botão metálico, 7 passantes inseridos no cós, vista embutida com zíper, 2 bolsos frontais embutidos tipo faca (forro dos bolsos no mesmo material da calça), 2 bolsos laterais, com lapela contendo faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza, fechamento através de velcro interno e abertura na lapela para colocação de caneta ou radio, reforço entre pernas e joelhos do mesmo tecido da calça, faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza aproximadamente 20 cm da barra.Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção de troncos e MMSS **TAMANHO: GG** SOLICITAR AMOSTRA	UND	6
	67952	CALÇA- VESTIMENTA TIPO CALÇA Confeccionado em Brim, na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição, 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%), gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%). Cós postiço com 4,5 cm largura, fechamento através de botão metálico, 7 passantes inseridos no cós, vista embutida com zíper, 2 bolsos frontais embutidos tipo faca (forro dos bolsos no mesmo material da calça), 2 bolsos laterais, com lapela contendo faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza, fechamento através de velcro interno e abertura na lapela para colocação de caneta ou radio, reforço entre pernas e joelhos do mesmo tecido da calça, faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza aproximadamente 20 cm da barra.Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção de troncos e MMSS **TAMANHO: G1** SOLICITAR AMOSTRA	UND	12
	67955	**CALÇADO BAIXO - TIPO A** Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 33** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	10
	67958	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 34** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	10

	67961	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 35** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	10
	67974	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 36** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	20
	67977	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 37** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	40
	67987	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 38** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	60

	67990	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 39** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	30
	67997	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 40** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	30
	68000	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 41** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	20
	68003	CALÇADO BAIXO - TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 42** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	10

	68006	CALÇADO BAIXO – TIPO A Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo tamanco, confeccionado em EVA, soleta de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Cores: Calçado na cor preta com soleta na cor preta; branca com soleta na cor bege. Marcação do CA: No solado Aprovado Para: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. **TAMANHOS: 43** MARCA DE REFERÊNCIA SOFT WORKS	PARES	10
	68007	**CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA** Camisa de proteção UV manga longa unissex malha dry fit proteção UV50+ composição 90% poliéster 10% elastano, golas redondas com costuras reforçadas, secagem rápida que não deixa acumular suor no corpo, evitando mau cheiro, na cor verde bandeira. Com a estampa do slongan da prefeitura fixado na linha do peito do lado direito, na cor azul marinho. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra os raios solares. **TAMANHO: P** SOLICITAR AMOSTRA	UND	30
	68008	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camisa de proteção UV manga longa unissex malha dry fit proteção UV50+ composição 90% poliéster 10% elastano, golas redondas com costuras reforçadas, secagem rápida que não deixa acumular suor no corpo, evitando mau cheiro, na cor verde bandeira. Com a estampa do slongan da prefeitura fixado na linha do peito do lado direito, na cor azul marinho. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra os raios solares. **TAMANHO: M** SOLICITAR AMOSTRA	UND	60
	68009	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camisa de proteção UV manga longa unissex malha dry fit proteção UV50+ composição 90% poliéster 10% elastano, golas redondas com costuras reforçadas, secagem rápida que não deixa acumular suor no corpo, evitando mau cheiro, na cor verde bandeira. Com a estampa do slongan da prefeitura fixado na linha do peito do lado direito, na cor azul marinho. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra os raios solares. **TAMANHO: G** SOLICITAR AMOSTRA	UND	60
	68010	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camisa de proteção UV manga longa unissex malha dry fit proteção UV50+ composição 90% poliéster 10% elastano, golas redondas com costuras reforçadas, secagem rápida que não deixa acumular suor no corpo, evitando mau cheiro, na cor verde bandeira. Com a estampa do slongan da prefeitura fixado na linha do peito do lado direito, na cor azul marinho. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra os raios solares **TAMANHO: GG** SOLICITAR AMOSTRA		50
	68011	**CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA** Camiseta manga longa, gola redonda, primeira linha, cor azul marinho, com faixa refletiva na cor verde florescente, com slogan da prefeitura na parte da frente e nome do departamento e secretaria na parte das costas. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS **TAMANHO: P** SOLICITAR AMOSTRA	UND	20

	68012	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camiseta manga longa, sem gola, detalhes em verde florenscente, tecido malha fria, primeira linha, cor azul marinho, com faixa refletiva na cor verde florescente, com slogan da prefeitura na parte da frente e nome do departamento e secretaria na parte das costas. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS **TAMANHO: M** SOLICITAR AMOSTRA	UND	30
	68013	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camiseta manga longa, sem gola, detalhes em verde florenscente, tecido malha fria, primeira linha, cor azul marinho, com faixa refletiva na cor verde florescente, com slogan da prefeitura na parte da frente e nome do departamento e secretaria na parte das costas. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS TAMANHO: G SOLICITAR AMOSTRA	UND	50
	68014	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camiseta manga longa, sem gola, detalhes em verde florenscente, tecido malha fria, primeira linha, cor azul marinho, com faixa refletiva na cor verde florescente, com slogan da prefeitura na parte da frente e nome do departamento e secretaria na parte das costas. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS **TAMANHO: GG** SOLICITAR AMOSTRA	UND	50
	68094	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Camiseta manga longa, sem gola, detalhes em verde florenscente, tecido malha fria, primeira linha, cor azul marinho, com faixa refletiva na cor verde florescente, com slogan da prefeitura na parte da frente e nome do departamento e secretaria na parte das costas. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS **TAMANHO: XG** SOLICITAR AMOSTRA	UND	10
	68095	**CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Confeccionado em poliviscose, 67% Poliéster - 33%** Viscose e fio 30 na cor vermelha, gola redonda de ribana da mesma cor, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), lado superior direito bordado de identificação do ADC com aproximadamente 10cm, manga curta, com acabamento em pesponto (modelo tradicional), a costura é executada dentro dos padrões de alta qualidade.do CA: Não se aplica **TAMANHO: M** SOLICITAR AMOSTRA	UND	4
	68096	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Confeccionado em poliviscose, 67% Poliéster - 33% Viscose e fio 30 na cor vermelha, gola redonda de ribana da mesma cor, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), lado superior direito bordado de identificação do ADC com aproximadamente 10cm, manga curta, com acabamento em pesponto (modelo tradicional), a costura é executada dentro dos padrões de alta qualidade.do CA: Não se aplica **TAMANHO: G** SOLICITAR AMOSTRA	UND	2

	68097	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Confeccionado em poliviscose, 67% Poliéster - 33% Viscose e fio 30 na cor vermelha, gola redonda de ribana da mesma cor, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), lado superior direito bordado de identificação do ADC com aproximadamente 10cm, manga curta, com acabamento em pesponto (modelo tradicional), a costura é executada dentro dos padrões de alta qualidade.do CA: Não se aplica **TAMANHO: GG** SOLICITAR AMOSTRA	UND	10
	68098	CAMISETA- VESTIMENTA TIPO CAMISETA Confeccionado em poliviscose, 67% Poliéster - 33% Viscose e fio 30 na cor vermelha, gola redonda de ribana da mesma cor, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), lado superior direito bordado de identificação do ADC com aproximadamente 10cm, manga curta, com acabamento em pesponto (modelo tradicional), a costura é executada dentro dos padrões de alta qualidade.do CA: Não se aplica **TAMANHO: G1** SOLICITAR AMOSTRA	UND	2
	68099	**Capa - VESTIMENTA TIPO CAPA** Capa de chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, capuz, costuras através de solda eletrônica e fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e de precipitação pluviométrica. **TAMANHO: M** MARCA DE REFERENCIA: - PLASTCOR	Und	80
	68100	Capa- VESTIMENTA TIPO CAPA Capa de chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, capuz, costuras através de solda eletrônica e fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e de precipitação pluviométrica. **TAMANHO: G** MARCA DE REFERENCIA: - PLASTCOR	Und	120
	68101	Capa- VESTIMENTA TIPO CAPA Capa de chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, capuz, costuras através de solda eletrônica e fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão. Marcação do CA: Na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e de precipitação pluviométrica. **TAMANHO: GG** MARCA DE REFERENCIA: - PLASTCOR	Und	100
	68102	**CAPACETE DE PROTEÇÃO PARA OBRAS- CAPACETE CLASSE B-** Descrição: Capacete de segurança para uso na indústria, Classe B, Tipo II (com aba frontal), suspensão em PEBD, com regula- gem por dentes e tira absorvente de suor. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Cor: diversas TAMANHO: único c/ regulagem Marcação do CA: parte inferior da aba. Aprovado para: proteção da cabeça do usuá- rio contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos. MARCA DE REFERENCIA: PLASTCOR,	Und	15

	68103	**CAPACETE DE PROTEÇÃO PARA ROÇADOR- KIT ROÇADOR** Descrição: composto por capacete injetado em uma única peça de polietileno de alta densidade, suspensão plástica, jugular, abafador de ruídos, suporte universal 3x1 e malha de aço 8x12.. Cor: diversas TAMANHO: único c/ regulagem Marcação do CA: parte inferior da aba Aprovado para: proteção da cabeça do usuá- rio contra impactos de objetos sobre o crânio bem como proteção auricular e visual MARCA DE REFERENCIA: CAMPER	Und	25
	68104	**CAPACETE PARA COMBATE INCENCIO** Descrição: Capacete de Segurança para Bombeiro, composto de casco injetado em termoplástico (poliamida) em diversas cores combinadas com tiras refletivas ou não; conjunto de absorção contra impacto confeccionado em placa de espuma moldada em poliuretano; conjunto de suspensão composto de carneira com cremalheira horizontal para regulagem ou suspensão padrão com ajuste manual por dentes, ambas com tiras de absorção com proteção em couro antialérgico, contra impacto distribuído em 06 pontos de fixação; tira jugular de encaixe rápido com protetor para queixo; visor transparente de policarbonato, movido por alavanca externa posicionada do lado direito do casco e com espessura média de 2,5 mm; visor com revestimento metalizado por ouro, com 2,5 mm de espessura média. Cor: diversas TAMANHO: único c/ regulagem Marcação do CA: parte inferior do casco Aprovado para: proteção do crânio e face do usuário contra riscos rovenientes de fontes geradoras de calor nos trabalhos de combate a incêndio. MARCA DE REFERENCIA HERCULES	Und	11
	68105	**CONJUNTO- VESTIMENTA TIPO CONJUNTO** Confeccionado em 100% poliéster microfibra sarja na cor azul marinho, gramatura + - 110g/m. Com forro furadinho de composição 100% poliéster de cor azul marinho. Frente lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), na parte inferior um bolso com zíper do lado direito e um no lado esquerdo, nas mangas recortes com viés de cor laranja da gola até o punho, na manga esquerda bordado a Bandeira do Paraná (7cm X 5cm) e na manga direita bordado a Bandeira do município (7cm X 5cm), costas parte superior bordado em cor laranja AGENTE DE DEFESA CIVIL, punho com elástico, barra com elástico roliço de cor azul marinho e regulador. Calça: Um bolso na frente lado superior direito com zíper, e um bolso na frente lado superior esquerdo com zíper, recorte na lateral com viés na cor laranja, barra com elástico roliço de cor azul marinho com regulador. CA: Não se aplica **TAMANHO: G** SOLICITAR AMOSTRA	Und	2
	68106	CONJUNTO- VESTIMENTA TIPO CONJUNTO Confeccionado em 100% poliéster microfibra sarja na cor azul marinho, gramatura + - 110g/m. Com forro furadinho de composição 100% poliéster de cor azul marinho. Frente lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), na parte inferior um bolso com zíper do lado direito e um no lado esquerdo, nas mangas recortes com viés de cor laranja da gola até o punho, na manga esquerda bordado a Bandeira do Paraná (7cm X 5cm) e na manga direita bordado a Bandeira do município (7cm X 5cm), costas parte superior bordado em cor laranja AGENTE DE DEFESA CIVIL, punho com elástico, barra com elástico roliço de cor azul marinho e regulador. Calça: Um bolso na frente lado superior direito com zíper, e um bolso na frente lado superior esquerdo com zíper, recorte na lateral com viés na cor laranja, barra com elástico roliço de cor azul marinho com regulador. CA: Não se aplica TAMANHO: GG SOLICITAR AMOSTRA	Und	6

	68107	CONJUNTO- VESTIMENTA TIPO CONJUNTO Confeccionado em 100% poliéster microfibra sarja na cor azul marinho, gramatura + - 110g/m. Com forro furadinho de composição 100% poliéster de cor azul marinho. Frente lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm), na parte inferior um bolso com zíper do lado direito e um no lado esquerdo, nas mangas recortes com viés de cor laranja da gola até o punho, na manga esquerda bordado a Bandeira do Paraná (7cm X 5cm) e na manga direita bordado a Bandeira do município (7cm X 5cm), costas parte superior bordado em cor laranja AGENTE DE DEFESA CIVIL, punho com elástico, barra com elástico roliço de cor azul marinho e regulador. Calça: Um bolso na frente lado superior direito com zíper, e um bolso na frente lado superior esquerdo com zíper, recorte na lateral com viés na cor laranja, barra com elástico roliço de cor azul marinho com regulador. CA: Não se aplica TAMANHO: G1 SOLICITAR AMOSTRA	Und	10
	68108	**CREME DE PROTEÇÃO PARA AS MÃOS- CREME PROTETOR DE SEGURANÇA** Descrição: Creme protetor de segurança, classificado no grupo 3, sólido, sob forma de creme, homogênio, branco e de odor perfumado,composto de: Aqua, 4,4'-bisl4-anilino-6-morpholino-1.3.5-triazin-2-yl(amino)stilbene-2:2'-disulphonate, Polyester-7, Neopentyl Glycol Diheptanoate, Paraffinum Liquidum, Ceteareth 20, Sodium Lauryl Sulfate, Glycerin, Ethyl Hexyl Palmitate, Glyceryl Stearate, Cetearyl Alcohol, Methylchloroisothiazolinone, Methylisothiazolinone, Parfum. Marcação do CA:Na embalagem Peso: 200 gramas Aprovado para: proteção dos membros superiores do usuário contra riscos provenientes de produtos químicos (tolueno, xileno, benzina, querosene, aguarrás, thinner, metiletilcetona, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, acetona, pós em geral, percloroetileno, cloreto de metileno, tintas, adesivos, ácido fosfórico diluído a 15%, ácido clorídrico diluído a 15%, ácido sulfúrico diluído a 15%, ácido acético diluído a 10%, hidróxido de sódio diluído a 10%).	UND	80
	68109	GANDOLA- VESTIMENTA TIPO GANDOLA Confeccionado em Rip Stop, na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição, 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%), gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%). Abertura frontal com fechamento por zíper nacional fino destacável, vista embutida com 5 botões (cobre zíper), gola tradicional, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm). No lado superior direito aplicado fita de velcro com 25 mm de largura e 120 mm de comprimento para sobrepor a tarja de identificação. (Nome + tipo sanguineo) Doisbolsos superiores com lapela, sendo que o esquerdo, possui abertura para caneta. E nos dois bolsos inferiores, zíperes verticais embutidos, com faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza. Mangas longas com velcro de 50 mm de largura no punho para ajuste e faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza, na manga esquerda bordado a Bandeira do Estado do Paraná (7cm X 5cm), na manga direita bordado a Bandeira do Município (7cm X 5cm). Nas costas contem faixas horizontais de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza na parte superior e inferior, cordão de nylon para ajuste e bordado AGENTE DE DEFESA CIVIL na parte superior Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção de troncos e MMSS TAMANHO: G SOLICITAR AMOSTRA	UND	4

	68110	GANDOLA- VESTIMENTA TIPO GANDOLA Confeccionado em Rip Stop, na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição, 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%), gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%). Abertura frontal com fechamento por zíper nacional fino destacável, vista embutida com 5 botões (cobre zíper), gola tradicional, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm). No lado superior direito aplicado fita de velcro com 25 mm de largura e 120 mm de comprimento para sobrepor a tarja de identificação. (Nome + tipo sanguineo) Doisbolsos superiores com lapela, sendo que o esquerdo, possui abertura para caneta. E nos dois bolsos inferiores, zíperes verticais embutidos, com faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza. Mangas longas com velcro de 50 mm de largura no punho para ajuste e faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza, na manga esquerda bordado a Bandeira do Estado do Paraná (7cm X 5cm), na manga direita bordado a Bandeira do Município (7cm X 5cm). Nas costas contem faixas horizontais de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza na parte superior e inferior, cordão de nylon para ajuste e bordado AGENTE DE DEFESA CIVIL na parte superior Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção de troncos e MMSS TAMANHO: GG SOLICITAR AMOSTRA	UND	8
	68111	GANDOLA- VESTIMENTA TIPO GANDOLA Confeccionado em Rip Stop, na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição, 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%), gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%). Abertura frontal com fechamento por zíper nacional fino destacável, vista embutida com 5 botões (cobre zíper), gola tradicional, no lado superior esquerdo a logomarca da Defesa Civil do Paraná, bordada (6,5cm X 7cm). No lado superior direito aplicado fita de velcro com 25 mm de largura e 120 mm de comprimento para sobrepor a tarja de identificação. (Nome + tipo sanguineo) Doisbolsos superiores com lapela, sendo que o esquerdo, possui abertura para caneta. E nos dois bolsos inferiores, zíperes verticais embutidos, com faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza. Mangas longas com velcro de 50 mm de largura no punho para ajuste e faixa de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza, na manga esquerda bordado a Bandeira do Estado do Paraná (7cm X 5cm), na manga direita bordado a Bandeira do Município (7cm X 5cm). Nas costas contem faixas horizontais de gorgurão de cor verde com tarja refletiva na cor cinza na parte superior e inferior, cordão de nylon para ajuste e bordado AGENTE DE DEFESA CIVIL na parte superior Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção de troncos e MMSS TAMANHO: G1 SOLICITAR AMOSTRA	UND	6
	68112	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jaleco sem manga confeccionado em microsarja, tecido 100% poliéster. Brasão da prefeitura Bordado no bolso superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco contra sujidades na hora do preparo dos alimentos.. TAMANHO: P SOLICITAR AMOSTRA	Und	10
	68113	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jaleco sem manga confeccionado em microsarja, tecido 100% poliéster. Brasão da prefeitura Bordado no bolso superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco contra sujidades na hora do preparo dos alimentos.. TAMANHO: M SOLICITAR AMOSTRA	Und	25

	68114	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jaleco sem manga confeccionado em microsarja, tecido 100% poliéster. Brasão da prefeitura Bordado no bolso superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco contra sujidades na hora do preparo dos alimentos.. TAMANHO: G SOLICITAR AMOSTRA	Und	25
	68115	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jaleco sem manga confeccionado em microsarja, tecido 100% poliéster. Brasão da prefeitura Bordado no bolso superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco contra sujidades na hora do preparo dos alimentos.. TAMANHO: GG SOLICITAR AMOSTRA	Und	10
	68116	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jalecos manga longa com punho em brim 100% algodão com fechamento na parte frontal com botão Gola padre, não encolhe em lavagem, com dois bolsos inferiores Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra respingos. TAMANHO: P SOLICITAR AMOSTRA	Und	10
	68117	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jalecos manga longa com punho em brim 100% algodão com fechamento na parte frontal com botão Gola padre, não encolhe em lavagem, com dois bolsos inferiores Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra respingos. TAMANHO: M SOLICITAR AMOSTRA	Und	25
	68118	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jalecos manga longa com punho em brim 100% algodão com fechamento na parte frontal com botão Gola padre, não encolhe em lavagem, com dois bolsos inferiores Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra respingos. TAMANHO: G SOLICITAR AMOSTRA	Und	25
	68119	JALECO- VESTIMENTA TIPO JALECO Jalecos manga longa com punho em brim 100% algodão com fechamento na parte frontal com botão Gola padre, não encolhe em lavagem, com dois bolsos inferiores Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior superior do lado direito. Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS contra respingos. TAMANHO: GG SOLICITAR AMOSTRA	UND	20
	68120	KIT RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL COM- POSTA POR RESPIRADOR SEMIFA- CIAL, PAR DE CARTUCHOS QUIMICO, PAR DE FILTROS PARA PARTICULAS E PAR DE RETENTORES. Descrição: Respiradores purificadores de ar tipo peça semifacial, com corpo que	UND	5

		conjuga suporte em material plástico rígido cinza es- curo em sua parte central e o restante da peça facial em elastômero sintético cinza, com tonalidades diferentes de acordo com o tamanho da peça. Nas laterais do corpo das peças, encontram-se localizados dois dispo- sitivos plásticos, um de cada lado, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta e de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Na parte traseira de cada um dos dispositivos, encontra-se fixada uma válvula de inalação. O respirador possui, em sua parte central, uma válvula de exalação. O respirador pode ou não ser dotado de um suporte de material plástico rí- gido cinza escuro, fixado na parte frontal de seu corpo através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Este suporte, que também atua como cobertura (tampa) da válvula de exala- ção, possui quatro aberturas em suas laterais, duas superiores e duas inferiores, através das quais passam as pontas de dois tirantes elás- ticos ajustáveis, que deslizam livremente no seu interior. A peça facial pode ou não pos- suir um sistema de hastes com pontas flutuantes, dotado, na parte central, de um encaixe que atua como tampa da válvula de exalação, fixado ao corpo da peça através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Nas extremidades das pontas flutuantes estão pre- sas quatro presilhas plásticas, através da quais passam as pontas de dois tirantes elás- ticos ajustáveis. O tirante localizado na parte inferior da peça possui uma fivela de fecha- mento e o tirante localizado na parte supe- rior, um suporte para cabeça. O respirador é utilizado com os seguintes filtros: 1 - Filtros químicos classe 1; 2 - Filtros para partículas; 3 - Filtros combinados (químico classe 1 e para partículas classe P2); 4 - Filtros combinados (químico classe 1 e para partículas classe P3). **TAMANHO: P** Marcação do CA: no suporte plástico Aprovado para: proteção das vias respiratórias do usuário contra a inalação de partícu- las sólidas, quando utilizado com filtros me- cânicos ou combinados, e contra gases e va- pores, quando utilizado com filtros químicos ou combinados. Cartucho químico: Classe 1 de proteção para gases ácidos, vapores orgânicos para respira- dores reutilizáveis. Cartucho NIOSH ou có- digo de cores para filtros. Conexão tipo bai- oneta. O cartucho pode ser utilizado para concentrações de vapor de até 10 vezes o li- mite de exposição permissível (PEL) usando-se peças semifaciais. Filtro para partículas: filtro mecânico para proteção respiratória contra poeiras, névoas e fumos (Classe P2) e também para proteção contra aerossóis sólidos e líquidos não-oleo- sos. Retentores: suporte para cartuchos e filtros que permite o uso combinado de filtros quí- micos e mecânicos. Utilizado para fixar os filtros para partícula sobre os cartuchos quí- micos. MARCA DE REFERÊNCIA: 3M, AIR SA- FETY, CARBOGRAFITE, ALLTEC, PLASTCOR, HONEYWELL		

	68121	KIT RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL COM- POSTA POR RESPIRADOR SEMIFA- CIAL, PAR DE CARTUCHOS QUIMICO, PAR DE FILTROS PARA PARTICULAS E PAR DE RETENTORES. Descrição: Respiradores purificadores de ar tipo peça semifacial, com corpo que conjuga suporte em material plástico rígido cinza es- curo em sua parte central e o restante da peça facial em elastômero sintético cinza, com tonalidades diferentes de acordo com o tamanho da peça. Nas laterais do corpo das peças, encontram-se localizados dois dispo- sitivos plásticos, um de cada lado, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta e de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Na parte traseira de cada um dos dispositivos, encontra-se fixada uma válvula de inalação. O respirador possui, em sua parte central, uma válvula de exalação. O respirador pode ou não ser dotado de um suporte de material plástico rí- gido cinza escuro, fixado na parte frontal de seu corpo através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Este suporte, que também atua como cobertura (tampa) da válvula de exala- ção, possui quatro aberturas em suas laterais, duas superiores e duas inferiores, através das quais passam as pontas de dois tirantes elás- ticos ajustáveis, que deslizam livremente no seu interior. A peça facial pode ou não pos- suir um sistema de hastes com pontas flutuantes, dotado, na parte central, de um encaixe que atua como tampa da válvula de exalação, fixado ao corpo da peça através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Nas extremidades das pontas flutuantes estão pre- sas quatro presilhas plásticas, através da quais passam as pontas de dois tirantes elás- ticos ajustáveis. O tirante localizado na parte inferior da peça possui uma fivela de fecha- mento e o tirante localizado na parte supe- rior, um suporte para cabeça. O respirador é utilizado com os seguintes filtros: 1 - Filtros químicos classe 1; 2 - Filtros para partículas; 3 - Filtros combinados (químico classe 1 e para partículas classe P2); 4 - Filtros combi- nados (químico classe 1 e para partículas classe P3). **TAMANHO: M** **Marcação do CA**: no suporte plástico Aprovado para: proteção das vias respiratórias do usuário contra a inalação de partícu- las sólidas, quando utilizado com filtros me- cânicos ou combinados, e contra gases e va- pores, quando utilizado com filtros químicos ou combinados. Cartucho químico: Classe 1 de proteção para gases ácidos, vapores orgânicos para respira- dores reutilizáveis. Cartucho NIOSH ou có- digo de cores para filtros. Conexão tipo bai- oneta. O cartucho pode ser utilizado para concentrações de vapor de até 10 vezes o li- mite de exposição permissível (PEL) usando-se peças semifaciais. Filtro para partículas: filtro mecânico para proteção respiratória contra poeiras, névoas e fumos (Classe P2) e também para proteção contra aerossóis sólidos e líquidos não-oleo- sos. Retentores: suporte para cartuchos e filtros que permite o uso combinado de filtros quí- micos e mecânicos. Utilizado para fixar os filtros para partícula sobre os cartuchos quí- micos. MARCA DE REFERÊNCIA: 3M, AIR SA- FETY, CARBOGRAFITE, ALLTEC, PLASTCOR, HONEYWELL	UND	6

	687122	KIT RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL COM- POSTA POR RESPIRADOR SEMIFA- CIAL, PAR DE CARTUCHOS QUIMICO, PAR DE FILTROS PARA PARTICULAS E PAR DE RETENTORES. Descrição: Respiradores purificadores de ar tipo peça semifacial, com corpo que conjuga suporte em material plástico rígido cinza es- curo em sua parte central e o restante da peça facial em elastômero sintético cinza, com tonalidades diferentes de acordo com o tamanho da peça. Nas laterais do corpo das peças, encontram-se localizados dois dispo- sitivos plásticos, um de cada lado, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta e de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Na parte traseira de cada um dos dispositivos, encontra-se fixada uma válvula de inalação. O respirador possui, em sua parte central, uma válvula de exalação. O respirador pode ou não ser dotado de um suporte de material plástico rí- gido cinza escuro, fixado na parte frontal de seu corpo através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Este suporte, que também atua como cobertura (tampa) da válvula de exala- ção, possui quatro aberturas em suas laterais, duas superiores e duas inferiores, através das quais passam as pontas de dois tirantes elás- ticos ajustáveis, que deslizam livremente no seu interior. A peça facial pode ou não pos- suir um sistema de hastes com pontas flutuantes, dotado, na parte central, de um encaixe que atua como tampa da válvula de exalação, fixado ao corpo da peça através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Nas extremidades das pontas flutuantes estão pre- sas quatro presilhas plásticas, através da quais passam as pontas de dois tirantes elás- ticos ajustáveis. O tirante localizado na parte inferior da peça possui uma fivela de fecha- mento e o tirante localizado na parte supe- rior, um suporte para cabeça. O respirador é utilizado com os seguintes filtros: 1 - Filtros químicos classe 1; 2 - Filtros para partículas; 3 - Filtros combinados (químico classe 1 e para partículas classe P2); 4 - Filtros combi- nados (químico classe 1 e para partículas classe P3). **TAMANHO: G** Marcação do CA: no suporte plástico Aprovado para: proteção das vias respiratórias do usuário contra a inalação de partícu- las sólidas, quando utilizado com filtros me- cânicos ou combinados, e contra gases e va- pores, quando utilizado com filtros químicos ou combinados. Cartucho químico: Classe 1 de proteção para gases ácidos, vapores orgânicos para respira- dores reutilizáveis. Cartucho NIOSH ou có- digo de cores para filtros. Conexão tipo bai- oneta. O cartucho pode ser utilizado para concentrações de vapor de até 10 vezes o li- mite de exposição permissível (PEL) usando-se peças semifaciais. Filtro para partículas: filtro mecânico para proteção respiratória contra poeiras, névoas e fumos (Classe P2) e também para proteção contra aerossóis sólidos e líquidos não-oleo- sos. Retentores: suporte para cartuchos e filtros que permite o uso combinado de filtros quí- micos e mecânicos. Utilizado para fixar os filtros para partícula sobre os cartuchos quí- micos. MARCA DE REFERÊNCIA: 3M, AIR SA- FETY, CARBOGRAFITE, ALLTEC, PLASTCOR, HONEYWELL	UND	6

	68123	LUVA ANTI CORTE - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS Descrição: Luva de segurança confeccio- nado em polietileno de alta densidade e fios de fibra de vidro, com revestimento duplo em borracha nitrílica na face palmar e extre- midade dos dedos. Punho em polietileno e elastano, com acabamento em overloque. Luva com boa resistência a peças molhadas; com sensibilidade tátil; propriedade antiestá- tica; com palma antiderrapante, que apre- sente conforto térmico / respirável. A luva deve apresentar resultado de teste de resistência igual ou superior a 4344D. TAMANHOS: M - Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes tér- micos (calor de contato). MARCA DE REFERÊNCIA: HANDEX	PARES	40
	68124	LUVA ANTI VIBRAÇÃO - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES FISICOS: Descrição: Luva antivibração de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento palmar, pontas e face palmar dos dedos em borracha foam (espuma) em formato de gomos TAMANHOS: GG. Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra vibrações. MARCA DE REFERÊNCIA: KALIPSO, SUPER SAFETY, VOLK, MARLUVAS, VONDER	PARES	20
	68125	LUVA ANTI VIBRAÇÃO -LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES FISICOS Descrição: Luva antivibração de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento palmar, pontas e face palmar dos dedos em borracha foam (espuma) em formato de gomos TAMANHOS: G. Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra vibrações. MARCA DE REFERÊNCIA: KALIPSO, SUPER SAFETY, VOLK, MARLUVAS, VONDER	PARES	20
	68126	LUVA ANTI-CORTE - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS Descrição: Luva de segurança confeccio- nado em polietileno de alta densidade e fios de fibra de vidro, com revestimento duplo em borracha nitrílica na face palmar e extre- midade dos dedos. Punho em polietileno e elastano, com acabamento em overloque. Luva com boa resistência a peças molhadas; com sensibilidade tátil; propriedade antiestá- tica; com palma antiderrapante, que apre- sente conforto térmico / respirável. A luva deve apresentar resultado de teste de resistência igual ou superior a 4344D. TAMANHOS: P. Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes tér- micos (calor de contato). MARCA DE REFERÊNCIA HANDEX	PARES	30

	68127	LUVA ANTI-CORTE- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS Descrição: Luva de segurança confeccio- nado em polietileno de alta densidade e fios de fibra de vidro, com revestimento duplo em borracha nitrílica na face palmar e extre- midade dos dedos. Punho em polietileno e elastano, com acabamento em overloque. Luva com boa resistência a peças molhadas; com sensibilidade tátil; propriedade antiestá- tica; com palma antiderrapante, que apre- sente conforto térmico / respirável. A luva deve apresentar resultado de teste de resistência igual ou superior a 4344D. TAMANHOS: G - Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes tér- micos (calor de contato). MARCA DE REFERÊNCIA: HANDEX	PARES	80
	68129	LUVA ANTI-VIBRAÇÃO - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES FISICOS Descrição: Luva antivibração de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento palmar, pontas e face palmar dos dedos em borracha foam (espuma) em formato de gomos TAMANHOS: M. Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra vibrações. MARCA DE REFERÊNCIA: KALIPSO, SUPER SAFETY, VOLK, MARLUVAS, VONDER	PARES	20
	68130	LUVA DE PVC FORRADA PUNHO LONGO – 76 CM- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de Segurança confeccio- nada em PVC, forrada, palma áspera, no comprimento de 70 cm. **TAMANHOS: G.** Marcação do CA: carimbo na parte superior Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes quí- micos (bases inorgânicas (K), ácidos mine- rais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgâ- nicos, oxidantes (M)). MARCA DE REFERÊNCIA: HANDEX, ´LASTCOR, SUPER SAFETY	PARES	20
	68131	LUVA DE PVC FORRADA PUNHO LONGO – 76 CM- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de Segurança confeccio- nada em PVC, forrada, palma áspera, no comprimento de 70 cm. **TAMANHOS: GG.** Marcação do CA: carimbo na parte superior Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes quí- micos (bases inorgânicas (K), ácidos mine- rais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgâ- nicos, oxidantes (M)). MARCA DE REFERÊNCIA: HANDEX, ´LASTCOR, SUPER SAFETY	PARES	20
	68132	LUVA DE PVC FORRADA PUNHO LONGO – 76 CM- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de Segurança confeccio- nada em PVC, forrada, palma áspera, no comprimento de 70 cm. **TAMANHOS: M.** Marcação do CA: carimbo na parte superior Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes quí- micos (bases inorgânicas (K), ácidos mine- rais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgâ- nicos, oxidantes (M)). MARCA DE REFERÊNCIA: HANDEX, ´LASTCOR, SUPER SAFETY	PARES	15

	68133	LUVA DE RASPA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS Descrição: Luva de Segurança confeccionada em raspa, reforço interno na palma, tira de reforço em- butida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. **TAMANHOS: M** Marcação do CA: no punho. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. MARCA DE REFERÊNCIA : GABI LUVAS, KOCH	PARES	30
	68134	LUVA DE RASPA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS Descrição: Luva de Segurança confeccionada em raspa, reforço interno na palma, tira de reforço em- butida entre o polegar e indicador, elástico para ajuste no dorso. TAMANHOS: M Marcação do CA: no punho. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. MARCA DE REFERÊNCIA : GABI LUVAS, KOCH	PARES	60
	68135	LUVA DE VAQUETA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS E MECÂNICOS Descrição: Luva de segurança confeccionada em va- queta, modelo cinco dedos, reforço interno em raspa na palma e elástico embutido no dorso na altura do punho. TAMANHOS: 09(G) Marcação do CA: no dorso da luva. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes térmicos (calor de contato). MARCA DE REFERÊNCIA: SOFT, TRÊS FORTES, CARBOGRAFITE, VALCAN.	PARES	150
	68136	LUVA DE VAQUETA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS E MECÂNICOS Descrição: Luva de segurança confeccionada em va- queta, modelo cinco dedos, reforço interno em raspa na palma e elástico embutido no dorso na altura do punho. TAMANHOS:,10(GG) Marcação do CA: no dorso da luva. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e contra agentes térmicos (calor de contato). MARCA DE REFERÊNCIA: SOFT, TRÊS FORTES, CARBOGRAFITE, VALCAN.	PARES	40
	68137	LUVA EM LATEX/NEOPRENE BICOLOR- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS E TÉRMICOS Luva de segurança confeccionada em látex natural e revestimento na face palmar, ponta dos dedos e dorso em neoprene, acabamento antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos, revestimento interno em flocos de al- godão. TAMANHOS: P. Marcação do CA: impressão no dorso. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmi- cos (calor de contato) e contra agentes quí- micos (álcoois primários (A), bases inorgâ- nicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxidos (P) e aldeídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	150

	68138	LUVA EM LATEX/NEOPRENE BICOLOR- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS E TÉRMICOS Luva de segurança confeccionada em látex natural e revestimento na face palmar, ponta dos dedos e dorso em neoprene, acabamento antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos, revestimento interno em flocos de algodão. TAMANHOS: M. Marcação do CA: impressão no dorso. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmi- cos (calor de contato) e contra agentes quí- micos (álcoois primários (A), bases inorgâ- nicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxidos (P) e aldeídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	350
	68139	LUVA EM LATEX/NEOPRENE BICOLOR- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS E TÉRMICOS Luva de segurança confeccionada em látex natural e revestimento na face palmar, ponta dos dedos e dorso em neoprene, acabamento antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos, revestimento interno em flocos de al- godão. TAMANHOS: G. Marcação do CA: impressão no dorso. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmi- cos (calor de contato) e contra agentes quí- micos (álcoois primários (A), bases inorgâ- nicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxidos (P) e aldeídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	350
	68140	LUVA EM LATEX/NEOPRENE BICOLOR- LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS E TÉRMICOS Luva de segurança confeccionada em látex natural e revestimento na face palmar, ponta dos dedos e dorso em neoprene, acabamento antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos, revestimento interno em flocos de algodão. TAMANHOS: GG. Marcação do CA: impressão no dorso. Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmi- cos (calor de contato) e contra agentes quí- micos (álcoois primários (A), bases inorgâ- nicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxidos (P) e aldeídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	150
	68141	LUVA EM VINIL - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS Descrição: Luva para procedimento não cirúrgico confeccionada em vinil, sem pó, lisa, ambidestra, não estéril, transparente **G** **TAMANHOS:** Marcação do CA: Na caixa Aprovado para: proteção das mãos do usuário contra agentes biológicos. MARCA DE REFERÊNCIA: TALGE, INOVEM, MEDIX	CAIXA	75
	68142	LUVA EM VINIL - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS Descrição: Luva para procedimento não cirúrgico confeccionada em vinil, sem pó, lisa, ambidestra, não estéril, transparente **M** **TAMANHOS:** Marcação do CA: Na caixa Aprovado para: proteção das mãos do usuário contra agentes biológicos. MARCA DE REFERÊNCIA: TALGE, INOVEM, MEDIX	CAIXA	75

	68143	LUVA EM VINIL - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS Descrição: Luva para procedimento não cirúrgico confeccionada em vinil, sem pó, lisa, ambidestra, não estéril, transparente **TAMANHOS:** **P** Marcação do CA: Na caixa Aprovado para: proteção das mãos do usuário contra agentes biológicos. MARCA DE REFERÊNCIA: TALGE, INOVEM, MEDIX	CAIXA	50
	68144	LUVA MÃO DE GATO - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS Descrição: Luva de segurança modelo Mão de Gato, confeccionada em tecido retardante a chamas de para-aramida na face palmar e meta-aramida nas demais partes, ambos com tratamento impermeabilizante, denominado Protex® K respectivamente. Forro destacável em feltro de poliéster e tecido 100% algodão retardante as chamas. TAMANHOS: Unico 26cm de comprimento Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas, calor de contato, convectivo e radiante). MARCA DE REFERÊNCIA: RIOVALLEY	PARES	10
	68145	LUVA MÃO DE GATO - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS Descrição: Luva de segurança modelo Mão de Gato, confeccionada em tecido retardante a chamas de para-aramida na face palmar e meta-aramida nas demais partes, ambos com tratamento impermeabilizante, denominado Protex® K respectivamente. Forro destacável em feltro de poliéster e tecido 100% algodão retardante as chamas. TAMANHOS: Unico 36cm de comprimento Marcação do CA: impressão no dorso e/ou etiqueta costurada no punho Proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas, calor de contato, convectivo e radiante). MARCA DE REFERÊNCIA: RIOVALLEY	PARES	20
	68146	LUVA NITRILICA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, clorinada, com revesti- mento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor: verde TAMANHOS: P Marcação do CA: no dorso Aprovado para: proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, cortantes e per- furantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), enxofres contendo compostos orgânicos (E), aminas (G), ésteres (I), hidro-carbonetos saturados (J), bases inorgânicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxi- dos (P), ácidos minerais inorgânicos (S) e al- deídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	100

	68147	LUVA NITRILICA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, clorinada, com revesti- mento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor: verde, TAMANHOS: M Marcação do CA: no dorso Aprovado para: proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, cortantes e per- furantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), enxofres contendo compostos orgânicos (E), aminas (G), ésteres (I), hidro-carbonetos saturados (J), bases inorgânicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxi- dos (P), ácidos minerais inorgânicos (S) e al- deídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	100
	68148	LUVA NITRILICA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, clorinada, com revesti- mento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor: verde. TAMANHOS: G Marcação do CA: no dorso Aprovado para: proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, cortantes e per- furantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), enxofres contendo compostos orgânicos (E), aminas (G), ésteres (I), hidro-carbonetos saturados (J), bases inorgânicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxi- dos (P), ácidos minerais inorgânicos (S) e al- deídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	50
	68149	LUVA NITRILICA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, clorinada, com revesti- mento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor: verde. TAMANHOS: GG Marcação do CA: no dorso Aprovado para: proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, cortantes e per- furantes e contra agentes químicos (álcoois primários (A), enxofres contendo compostos orgânicos (E), aminas (G), ésteres (I), hidro-carbonetos saturados (J), bases inorgânicas (K), ácidos minerais inorgânicos (L), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (M), ácidos orgânicos (N), bases orgânicas (O), peróxi- dos (P), ácidos minerais inorgânicos (S) e al- deídos (T)). MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDEX	PARES	50
	68150	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO-CIRÚRGICOS. Descrição: Luva para procedimento não cirúrgico tipo 1, confeccionada em borracha natural - látex, cor natural, não estéril, com pó, lisa, ambidestra. **TAMANHOS: G** Marcação do CA: Na caixa Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes biológicos. MARCA DE REFERÊNCIA TALGE, INOVEM, MEDIX	CAIXA	20
	68151	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO-CIRÚRGICOS. Descrição: Luva para procedimento não cirúrgico tipo 1, confeccionada em borracha natural - látex, cor natural, não estéril, com pó, lisa, ambidestra. **TAMANHOS: M** Marcação do CA: Na caixa Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes biológicos. MARCA DE REFERÊNCIA TALGE, INOVEM, MEDIX	CAIXA	40

	68152	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO-CIRÚRGICOS. Descrição: Luva para procedimento não cirúrgico tipo 1, confeccionada em borracha natural - látex, cor natural, não estéril, com pó, lisa, ambidestra. **TAMANHOS: P** Marcação do CA: Na caixa Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes biológicos. MARCA DE REFERÊNCIA TALGE, INOVEM, MEDIX	CAIXA	40
	68153	LUVA PARA SOLDA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS E MECÂNICOS Descrição:Luva de segurança confeccionada em couro bovino curtido ao cromo tipo raspa. Reforço externo em couro raspa. Forro interno em manta de não tecido para o isolamento ao ca- lor na região dos dedos, dorso, palma e pu- nho. Punho no tamanho 15 cm, debrum de acabamento para reforçar a costura. TAMANHOS: M Marcação do CA: gravação por carimbo no dorso, região do punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmi- cos (pequenas chamas, calor de contato, con- vectivo, radiante e respingos de metais fun- didos) e contra agentes térmicos provenien- tes de operações de soldagens e processos si- milares. MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, ESAB, BOXER, SUPER SAFETY	PARES	5
	68154	LUVA PARA SOLDA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS E MECÂNICOS Descrição:Luva de segurança confeccionada em couro bovino curtido ao cromo tipo raspa. Reforço externo em couro raspa. Forro interno em manta de não tecido para o isolamento ao ca- lor na região dos dedos, dorso, palma e pu- nho. Punho no tamanho 15 cm, debrum de acabamento para reforçar a costura. **TAMANHOS: G** Marcação do CA: gravação por carimbo no dorso, região do punho Aprovado para: Proteção das mãos do usuá- rio contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, contra agentes térmi- cos (pequenas chamas, calor de contato, con- vectivo, radiante e respingos de metais fun- didos) e contra agentes térmicos provenien- tes de operações de soldagens e processos si- milares. MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, ESAB, BOXER, SUPER SAFETY	PARES	5
	68155	LUVA RANHURADA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS, TÉRMICOS, BIOLÓGICOS E UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha natural, sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários (a), enxofres contendo compostos orgânicos (e), aminas (g), hidrocarbonetos saturados (j), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), ácidos orgânicos (n), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Cor: Amarela **TAMANHOS:P**. Marcação do CA: no dorso Aprovado para: luva tipo "a" para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato) e contra agentes químicos (álcoois primários (a), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra agentes biológicos e contra umidade proveniente de operações com o uso de água. MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDE	PARES	100

	68156	LUVA RANHURADA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS, TÉRMICOS, BIOLÓGICOS E UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha natural, sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários (a), enxofres contendo compostos orgânicos (e), aminas (g), hidrocarbonetos saturados (j), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), ácidos orgânicos (n), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Cor: Amarela **TAMANHOS: M.** Marcação do CA: no dorso Aprovado para: luva tipo "a" para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato) e contra agentes químicos (álcoois primários (a), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra agentes biológicos e contra umidade proveniente de operações com o uso de água. MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDE	PARES	250
	68157	LUVA RANHURADA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS, TÉRMICOS, BIOLÓGICOS E UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha natural, sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários (a), enxofres contendo compostos orgânicos (e), aminas (g), hidrocarbonetos saturados (j), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), ácidos orgânicos (n), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Cor: Amarela **TAMANHOS: G.** Marcação do CA: no dorso Aprovado para: luva tipo "a" para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato) e contra agentes químicos (álcoois primários (a), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra agentes biológicos e contra umidade proveniente de operações com o uso de água. MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDE	PARES	200

	68158	LUVA RANHURADA - LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS, QUÍMICOS, TÉRMICOS, BIOLÓGICOS E UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. Descrição: Luva de segurança confeccionada em borracha natural, sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. luva tipo a para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato), contra agentes químicos álcoois primários (a), enxofres contendo compostos orgânicos (e), aminas (g), hidrocarbonetos saturados (j), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), ácidos orgânicos (n), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra umidade proveniente de operações com o uso de água e contra agentes biológicos. Cor: Amarela TAMANHOS: GG. Marcação do CA: no dorso Aprovado para: luva tipo "a" para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e cortantes, contra agentes térmicos (calor de contato) e contra agentes químicos (álcoois primários (a), bases inorgânicas (k), ácidos minerais inorgânicos (l), ácidos minerais inorgânicos, oxidantes (m), bases orgânicas (o), peróxidos (p) e aldeídos (t)), contra agentes biológicos e contra umidade proveniente de operações com o uso de água. MARCA DE REFERÊNCIA: VOLK, DANNY, HANDE	PARES	50
	68159	Macacão - VESTIMENTA TIPO MACAÇÃO Macacão de segurança confeccionado em tecido misto, 60% algodão e 40% poliéster, com tratamento hidrorrepelente, mangas compridas com elástico no punho, capuz acoplado podendo ser com ou sem aba, com reforço de material sintético impermeável nylon (100% poliamida) nas pernas, com fechamento frontal em zíper e ajuste de elástico nas costas. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: Proteção do crânio, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química (agrotóxicos) TAMANHOS: P MARCA DE REFERENCIA: DANNY	Und	30
	68160	Macacão - VESTIMENTA TIPO MACAÇÃO Macacão de segurança confeccionado em tecido misto, 60% algodão e 40% poliéster, com tratamento hidrorrepelente, mangas compridas com elástico no punho, capuz acoplado podendo ser com ou sem aba, com reforço de material sintético impermeável nylon (100% poliamida) nas pernas, com fechamento frontal em zíper e ajuste de elástico nas costas. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: Proteção do crânio, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química (agrotóxicos) TAMANHOS:M MARCA DE REFERENCIA: DANNY	Und	80
	68161	Macacão- VESTIMENTA TIPO MACAÇÃO Macacão de segurança confeccionado em tecido misto, 60% algodão e 40% poliéster, com tratamento hidrorrepelente, mangas compridas com elástico no punho, capuz acoplado podendo ser com ou sem aba, com reforço de material sintético impermeável nylon (100% poliamida) nas pernas, com fechamento frontal em zíper e ajuste de elástico nas costas. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: Proteção do crânio, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química (agrotóxicos) TAMANHOS: G MARCA DE REFERENCIA: DANNY	Und	100

	68162	Macacão- VESTIMENTA TIPO MACAÇÃO Macacão de segurança confeccionado em tecido misto, 60% algodão e 40% poliéster, com tratamento hidrorrepelente, mangas compridas com elástico no punho, capuz acoplado podendo ser com ou sem aba, com reforço de material sintético impermeável nylon (100% poliamida) nas pernas, com fechamento frontal em zíper e ajuste de elástico nas costas. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: Proteção do crânio, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química (agrotóxicos) TAMANHOS: EG MARCA DE REFERENCIA: DANNY	Und	100
	68163	MANGOTE DE SEGURANÇA EM LONA - MANGA DE SEGURANÇA EM LONA COM VELCRO E PUNHO EM MALHA Descrição: Mangote de Segurança confecci- onado em sarja, elástico superior e velcro para ajuste, punho de malha. Comprimento 50cm. Marcação do CA: parte superior da manga Aprovado Para: proteção do braço e ante- braço do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. MARCA DE REFERÊNCIA: MIK, BBTV, J. MARSEG, TKVB, HERCULES	PARES	20
	68164	MÁSCARA DE SOLDA TIPO ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO Máscara de solda de segurança, com filtro de escurecimento automático, composta de car- caça confeccionada em plástico poliamida preto com carneira (suporte ou suspensão de cabeça) em nylon regulável, com cinta de absorção de suor em espuma sintética. Visor fixo, de um cassete (cartucho, lente ou filtro) de proteção eletrônico com cristal líquido, e de duas lentes de proteção transparentes substituíveis. O filtro de luz quando ativado é ajustado automaticamente para proteção variável com regulagem de tonalidades de 4- 9 a 13. Marcação do CA: no corpo do EPI lado in- terno Aprovado para: Proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volan- tes, luminosidade intensa e radiações prove- nientes de serviços de soldagem. MARCA DE REFERÊNCIA: LYNUS, HO- NEYWELL, VICSA, LIBUS, VONDER	Und	2
	68165	MÁSCARA N95, tipo Respirador PFF2, Semi Facial, Filtrante, formato em concha, sem válvula de exalação, resistente a fluídos. Fixação: Tiras ajustáveis e grampo de ajuste nasal; Composto por no mínimo 04 camadas, confeccionadas em tecido de alta densidade, Absorção que filtra (...) Marcação do CA: Na embalagem do produto Aprovado Para: Proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos (pff2).Pcte com 50 und.	Pcte	250
	68166	MASCARA SEMIFACIAL COM VALVULA - RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS PFF2 Peça semifacial filtrante para partículas, for- mato dobrável, com válvula de exalação, classe PFF2 "S". Equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Cores: Azul na parte externa e branco na parte interna Tamanhos: Único Referências: PFF2 (V) Marcação do CA: Na parte externa Aprovado para: Proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos (PFF2). Normas técnicas: NBR 13697/2010, ABNT NBR 13698:2011 MARCA DE REFERÊNCIA: CAMPER	UND	1500

	68167	OCULOS DE PROTEÇÃO LENTE FUMÊ - OCULOS DE SEGURANÇA Óculos de segurança confeccionado em lente única de policarbonato, cor fumê, com prote- ção lateral e apoio nasal integrado, hastes flexíveis no mesmo material da lente e isento de partes metálicas. Marcação do CA: na armação Aprovado para: Proteção dos olhos do usuá- rio contra impactos de partículas volantes; contra raios ultravioleta (U6) e luz intensa (I3). MARCA DE REFERÊNCIA: KALIPSO	UND	120
	68168	OCULOS DE PROTEÇÃO LENTE INCOLOR - OCULOS DE SEGURANÇA Óculos de segurança confeccionado em lente única de policarbonato, cor incolor, com proteção lateral e apoio nasal integrado, has- tes flexíveis no mesmo material da lente e isento de partes metálicas. Marcação do CA: na armação Aprovado para: Proteção dos olhos do usuá- rio contra impactos de partículas volantes; contra raios ultravioletas (U6). MARCA DE REFERÊNCIA: KALIPSO	Und	50
	68169	PERNEIRA DE SEGURANÇA Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de laminado de PVC, chapa de aço na parte frontal, sem joelheira, sem fecho plástico para ajustes, com metatarso, fechamento nas bordas por meio de viés em material sintético, fechamento total em solda eletrônica. Altura da perneira de segurança de 42 cm no mínimo. Cores: marrom ou preto. Tamanho: único (42 cm de altura no mí- nimo). Marcação do CA: carimbo na região externa ou etiqueta interna. Aprovado Para: proteção das pernas do usu- ário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de sol- dagem e processos similares. Normas técnicas: ISO 11611:2015 MARCA DE REFERÊNCIA: UDISEG	PARES	30
	68170	PIJAMA CIRURGICO- VESTIMENTA TIPO PIJAMA CIRURGICO Pijama cirúrgico feminino, Confeccionado em Tecido: Gabardine Two Way 94% poliéster 4% Elastano.Blusa é confeccionada em gola V e 2 bolsos grandes inferiores, manga longa. Na cor branca, Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior da blusa do lado direito. Cor a ser definida Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS MMII Contra respingos TAMANHO: GG SOLICITAR AMOSTRA	UND	20
	68171	PIJAMA CIRURGICO- VESTIMENTA TIPO PIJAMA CIRURGICO Pijama cirúrgico feminino, Confeccionado em Tecido: Gabardine Two Way 94% poliéster 4% Elastano.Blusa é confeccionada em gola V e 2 bolsos grandes inferiores, manga longa. Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior da blusa do lado direito. Cor a ser definida Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS MMII Contra respingos TAMANHO: M SOLICITAR AMOSTRA	UND	25

	68172	PIJAMA CIRURGICO- VESTIMENTA TIPO PIJAMA CIRURGICO Pijama cirúrgico feminino, Confeccionado em Tecido: Gabardine Two Way 94% poliéster 4% Elastano.Blusa é confeccionada em gola V e 2 bolsos grandes inferiores, manga longa., Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior da blusa do lado direito. Cor a ser definida Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS MMII Contra respingos. TAMANHO: P SOLICITAR AMOSTRA	UND	10
	68173	PIJAMA CIRURGICO- VESTIMENTA TIPO PIJAMA CIRURGICO Pijama cirúrgico feminino, Confeccionado em Tecido: Gabardine Two Way 94% poliéster 4% Elastano.Blusa é confeccionada em gola V e 2 bolsos grandes inferiores, manga longa., Slogan da prefeitura estampado bem como a função desempenhada bordada na margem superior da blusa do lado direito. Cor a ser definida Marcação do CA: Não se aplica Aprovado para: Aprovado para: Proteção do tronco e MMSS MMII Contra respingos TAMANHO: G SOLICITAR AMOSTRA	UND	25
	68174	PROTETOR AUDITIVO AURICULAR TIPO PLUG Protetor auditivo tipo plug composto de três flanges, confeccionado em silicone. Marcação do CA: na embalagem Aprovado para: Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15, anexos I e II, conforme tabela de atenuação abaixo: Frequência (hz): 125; 250; 500; 1000; 2000; 3150; 4000; 6300; 8000 NRRsf Atenuação db: 20; 20; 23; 19; 26; 0; 29; 0; 37; 13 dB Desvio Padrão: 8; 7; 8; 7; 5; 0; 7; 0; 9; 0 MARCA DE REFERÊNCIA: CAMPER	UND	30
	68175	PROTETOR AURICULAR AUDITIVO TIPO CONCHA Protetor auditivo tipo concha, com parte ex- terna em ABS, haste de sustentação em aço inoxidável, preenchido com espumas e al- mofadas desmontáveis. Marcação do CA: na concha Aprovado para: Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15, anexos I e II, conforme tabela de atenuação abaixo: Frequência (Hz): 125; 250; 500; 1000; 2000; 3150; 4000; 6300; 8000 NRRsf Atenuação db: 9; 17; 27; 31; 33; 0; 36; 0; 32; 21 Desvio Padrão: 3; 3; 3; 4; 3; 0; 2; 0; 4; 0 MARCA DE REFERÊNCIA: CAMPER	UND	80
	68176	Protetor solar contra radiação UVA/UVB com fator de proteção 30 (trinta) ou maior e o fator de proteção UVA deve ter 1/3 (um terço) do fator UVB. O protetor deve ser a prova de água/suor e hipoalérgico. Textura leve (oil free), com vitamina E. O protetor deve ter sua formulação sob o aval de res- ponsável técnico habilitado e credenciado com CRF e fabricado em conformidade com as exigências da ANVISA. MARCA DE REFERENCIA: SUNLESS, DARROW, HENLAU NUTRIEX	UND	1000
	68177	Protetor solar contra radiação UVA/UVB com fator de proteção 60 (sessenta) ou maior e o fator de proteção UVA deve ter 1/3 (um terço) do fator UVB. O pro tetor deve ser a prova de água/suor e hipoa- lérgico. Textura leve (oil free), com vitamina E. O protetor deve ter sua formulação sob o aval de responsável técnico habilitado e cre- denciado com CRF e fabricado em confor- midade com as exigências da ANVISA. MARCAS DE REFERENCIA: HENLAU, NUTRIEX	UND	1000

	68178	REPELENTE CONTRA INSETOS TIPO SPRAY - 160 ML Especificação: Repelente contra insetos, especialmente desenvolvido para proteger a pele do usuário de picada de insetos. Não oleoso e hipoalergênico e dermatológicamente testado. Em frasco tipo spray de 100 ml. O principio ativo deve ser aprovado pela ANVISA, sua concentração não deve ultrapassar a 30% da substância ativa a base de IR3535 ou similares, deve contar ainda em sua composição MARCA DE REFERÊNCIA ICARIDINA HENLAU	UND	2000
	68179	TOUCA CIRÚRGICA, Modelo: Plissada em elástico, Material: TNT, Trilaminado, 100% polipropileno, Gramatura [g/m²]: 20 [no mínimo], Tamanho: Único, Cor [es]: Branca, Detalhe: Solda por ultrassom. TAMANHO: único Marcação do CA: Não se aplica.	Pcte	25

1.4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.4.1 O LICITANTE, quando na apresentação da proposta, deverá observar na formação dos preços propostos, todos os seus custos, sejam operacionais, logísticos, administrativos ou tributários.

1.5 DA ADOÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.5.1 Será adotado o SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS – SRP, nos termos do Art. 190 e do Art. 192 do Decreto nº 3.927/2023, e no que couber, o que disciplina os Art. 82 ao 86 do Lei Nº 14.133/2021.

1.5.2 A Administração informa do seu comprometimento com a quantidade mínima para os itens constante nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de modo que se compromete com 70% da quantidade total registrado**. Esta prerrogativa atende o disposto no inciso II do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

1.6 – DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

1.6.1 NÃO SERÁ DIVULGADA A IRP, amparado pelo §1º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a sua dispensa, mediante justificativa, a saber:

1.6.2 A Administração Municipal não dispõe de recursos para gerenciar a Ata de Registro de Preços, na hipótese de permissão à adesão por outros entes federados, nem como participantes, e nem mesmo, na modalidade "carona".

1.6.3 Considera-se para esta contratação, a UASG nº 926478 (Município de São Jorge D'Oeste/PR) como a única contratante.

1.6.4 Justifica-se o posicionamento do item 1.6.3, diante das condições minimamente suficientes para o gerenciamento da Ata, exclusivamente em âmbito de abrangência restrita ao da referida UASG.

1.7 PRAZO DA CONTRATAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

1.7.1 O **prazo de vigência do REGISTRO DE PREÇOS é de 12 (doze) meses**, conforme o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, e contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

1.7.2 Ao término da vigência, poderá ser prorrogado por igual período, nos termos dos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021 e seu quantitativo poderá ser restabelecido ao quantitativo inicialmente registrado, conforme Art. 196 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

1.8 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

1.8.1 Poderão ocorrer as alterações referentes aos Art. 124, conforme autoriza o Parágrafo Único do Art. 203 do Decreto nº 3.927/2023, e àquelas relativas ao Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, estarão condicionadas a existência de regulamento a nível municipal, contemporâneo à solicitação para tais alterações, ou ainda, serão validadas seguindo as instruções do ACÓRDÃO 281/2015 PLENÁRIO TCE/PR.

1.9 LOCAL DE ENTREGA

1.9.1 A entrega dos materiais deverá ser no almoxarifado central, localizado a Av. Santa Catarina, nº 697, centro, São Jorge D'Oeste, ou em outro local, ainda que nos limites do município, quando determinado pelo responsável daquele setor.

1.9.2 Deverá ser observado quando da entrega dos materiais, que ocorra entre às 7h30 e 11h30, ou então, das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, sempre na presença de um servidor preposto, representando a Contratante.

1.10 - DO PARCELAMENTO

1.10.1 Em razão do catálogo eletrônico de padronização para contratações (inciso II caput Artigo 19 da Lei 14.133/2023), que será utilizado conforme o Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 14.133/2023 quando apresentar divergências ao descritivo apresentado neste Termo de Referência, prevalecerá o descritivo aqui especificado, isto porque, este é o que reflete as especificações técnicas admitidas pela Secretaria Requisitante.

1.10.2 Justificativa para o parcelamento ou não do objeto: conforme ETP 006/2026 (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022). As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. No caso desta licitação, não há o que considerar a regra do parcelamento, e os lances serão por item.

SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *b* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

2.1 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 O equipamento de proteção individual – EPI é o produto utilizado para o amparo do trabalhador no exercício de suas funções, protegendo-o de eventuais riscos que o este pode estar exposto comprometendo sua segurança e saúde. A conscientização do uso destes equipamentos de segurança, bem como os uniformes destinados a cada trabalhador, garante a qualidade de vida e de serviço deste, sendo de fundamental importância para o cumprimento do papel desempenhado pelo servidor.

Como exemplo, os servidores que desempenham trabalho como coletores de lixo, chamados agentes de limpeza pública ou agente de serviços gerais, dependem da utilização de uniformes e equipamentos de proteção individual para o desempenho de suas funções, evidentemente não menos importante a utilização deste material para os servidores que desempenham outras funções. Considerando as especificidades do trabalho, estes materiais utilizados têm sua vida útil limitada, devendo periodicamente ser substituídos por novos garantindo a segurança do trabalhador.

Conforme a experiência adquirida, foi realizado levantamento por parte de cada secretaria municipal para atender às suas necessidades, possibilitando a mensuração das quantidades necessárias de cada material, considerando a realização de eventos nos quais há de ser necessária a confecção de materiais específicos, eventuais ausências de estoque anteriores destes materiais em outras secretarias e a precisão de fornecimento imediato evitando assim a paralisação dos serviços. Como estas quantidades foram planejadas para a execução de doze meses de trabalho com respaldo para a ocasião de cobertura até a providência de nova licitação, o planejamento também inclui o

parcelamento de entrega, sendo solicitada apenas a quantidade necessária por período, não necessariamente esta quantidade será empenhada na totalidade, comprometendo a dotação orçamentária à que está destinada e estoque dispensável.

2.1.2 A compra de novos equipamentos também é uma medida necessária para substituir os obsoletos ou que se apresentam em situação precária de uso, comprometendo a segurança individual e a produtividade do servidor nas suas atividades.

A aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para os ambientes administrativos do poder público municipal. Justifica-se pela necessidade de modernização e eficiência nos processos administrativos, desenvolvidos em todas as Secretarias Administrativas, e que são essenciais para a melhoria dos serviços prestados à população.

SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

3.1 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO
3.1.1 DA JUSTIFICATIVA PARA O TRATAMENTO CONSIDERADO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 47 E 48 DA LEI COMPLEMNTAR Nº 123/2006 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.257/2024 (PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL)

3.1.1.1 Para a presente licitação, **SERÁ ADOTADO como critério da limitação de participação apenas para as empresas enquadradas no regime fiscal defendido pela Lei nº 123/2006.** Outro sim, **NÃO HAVERÁ** o parcelamento mínimo dos itens, para cota exclusiva e tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, de modo regulamentado no Decreto Municipal nº 4.257/2024, e no que for ausente à Legislação Federal, conforme o disposto no Parágrafo Único do Art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.1.1.2 Cumpre destacar que a **ADOÇÃO do tratamento diferenciado e simplificado, a este certame, não representa afronta ao caráter competitivo da licitação, nem mesmo, deixa de ser um mecanismo legítimo de promoção de políticas públicas diferenciadas**, conforme permitido pelo ordenamento jurídico, notadamente nos casos em que a contratação de empresas locais ou regionais representa maior eficiência econômica e social para a Administração Pública.

3.1.1.3 Dessa forma, **justifica-se A OBSERVAÇÃO ao inciso III do Art. 48 da Lei nº 123/2006 na presente licitação**, uma vez que a diretriz legal de fomento ao desenvolvimento regional e ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que previsto igualmente no Decreto Municipal nº 4.257/2024, assim mesmo, fortalecerá a economia local ou regional, visto que, existem empresas sediadas na região considerada, propensas fornecedoras.

3.1.2 DA JUSTIFICATIVA PARA O CUMPRIMENTO, DO INCISO II DO *CAPUT* DO ART. 9º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.257/2024 (PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL)

3.1.2.1 A presente **licitação ADOTARÁ COMO CRITÉRIO A LIMITAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME, bem como das considerações de competividade, apenas para empresas, ainda que de âmbito nacional, somente se sediadas nos limites regionais estabelecidos naquele Decreto,** conforme autorizado pela legislação vigente, em especial pelo inciso II do **caput** do Art. 9º

do Decreto Municipal nº 4.257/2024.

3.1.2.2. Justifica-se a **ADOÇÃO** deste critério seletivo, uma vez que os produtos listados, para este procedimento, é de natureza comum, padronizada, e ainda ao parece, **há número de empresas, principalmente por empresas qualificadas pela Lei nº 123/2006, local e regionalmente, capaz de suportar a competitividade exigida para este certame**, outro sim, para aquelas empresas enquadradas como ME/EPP, ficam automaticamente beneficiadas pela referida Lei, assim a limitação, poderá prejudicar a competitividade, e permite o alcance dos objetivos dos processos licitatórios, e suficiente para atender aos anseios desta contratação, que é a economicidade, garantindo os padrões mínimos de qualidade dos produtos.

3.1.2.3 **Para este certame, há evidências de vantagens ao restringir** a participação a empresas sediadas ou com atuação predominante na região, **e espera-se** que os recursos públicos investidos retornem à própria comunidade, dinamizando a economia local, promovendo a inclusão produtiva e favorecendo a sustentabilidade de pequenos empreendedores locais e regionais. Além disso, essa medida contribui para a redução de desigualdades regionais, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, da isonomia e do desenvolvimento sustentável.

3.2 DO POSICIONAMENTO DO CERTAME A REALIDADE DO MERCADO

3.2.1 Diante disso, considerando que os **riscos presentes na condução do certame, orienta-se:**

3.2.1.1 O procedimento É EXCLUSIVO para empresas enquadradas nos limites da Lei nº 123/2006, ou seja, para micro empreses e empresas de pequeno porte;

3.2.1.2 TODOS OS ITENS SÃO referentes às cotas exclusivas para as ME/EPP;

3.2.1.3 SERÁ ADOTADO o critério de limitação regional (Sudoeste do Estado do Paraná), previsto no Decreto Municipal nº 4.254/2024.

3.3 Identificação das soluções:

3.3.1. Para a pretensa contratação foi identificada a possível solução:
3.1.1.1. Registro de preços objetivando a futura ou eventual aquisição.
3.3.2. Trata-se da aquisição dos itens conforme necessidade da Secretaria solicitante.

3.4 Definição da solução escolhida

3.4.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:
3.4.1.1. No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:
Cenário 1 – Não realizar a contratação.

Descrição:
O Município opta por não realizar a contratação de Equipamentos de Proteção Individual, mantendo o fornecimento apenas com estoques remanescentes ou de forma pontual.

Cenário 2 – Aquisição de EPIs de forma descentralizada por secretaria.

Descrição:
Cada secretaria realiza contratações isoladas para suprir suas necessidades específicas de EPIs.

Cenário 3 – Aquisição centralizada de EPIs por meio de Pregão.

Descrição:
Realização de procedimento licitatório único, na modalidade **Pregão**, para aquisição centralizada de EPIs destinados a todas as secretarias do Município.

Vantagens:

- Padronização dos equipamentos fornecidos;
- Maior competitividade entre fornecedores;
- Redução de custos por ganho de escala;
- Melhor controle de estoque e distribuição;
- Atendimento integral às normas legais e regulamentares;
- Transparência e rastreabilidade do processo.

Desvantagens:

- Necessidade de planejamento prévio mais detalhado;
- Maior complexidade inicial na consolidação das demandas.

Conclusão:
Cenário **mais vantajoso e recomendado**, por atender ao interesse público e às exigências legais.

3.5 Característica do objeto:
3.5.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.
3.5.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:
3.5.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;
3.5.2.2. Pode ser considerado de necessidade contínua, sem peculiaridades ou características especiais;
3.5.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e
3.5.2.4. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

3.6 Modelo adotado:
3.6.1 O modelo a ser adotado para a presente **contratação será aquele admitido para o Cenário 3,** assim, pretende-se: Registro de Preços, objetivando futura ou eventual aquisição de EPI'S, com entrega parcelada conforme demanda da Administração, destinados às diversas Secretarias do

Município de São Jorge D'Oeste/PR.

3.6.2 Destaca-se ainda que a melhor solução para atender a demanda do município permeia sobre a escolha do registro de preços, nos termos do artigo 40, inc. II da Lei 14.133/2021, onde o município poderá adquirir os EPI'S de acordo com a necessidade. Através desta solução a Administração terá a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *d* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

4.1 Trata-se de um procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a assinatura de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** com a empresa que apresentar a melhor proposta, em função do **MENOR PREÇO** por **ITEM,** não vendo que isso possa restringir a competitividade entre os licitantes e a busca pela vantajosidade para a contratante, mantendo as condições de qualidade do objeto.
4.1.1 Considerando a natureza do objeto em questão, torna-se evidente que sua divisão por itens se mostra viável e apropriada.
Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

4.2 Requisitos de Qualidade

Os EPIs a serem adquiridos deverão:

- Possuir **Certificado de Aprovação (CA)** válido, emitido pelo órgão competente;
- Atender às normas técnicas e regulamentares aplicáveis;
- Ser adequados ao tipo de atividade desempenhada pelos servidores;
- Apresentar durabilidade e resistência compatíveis com o uso esperado.

4.3 Requisitos Legais e Normativos

A contratação deverá observar:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Decreto Municipal nº 3.927/2023;
- Norma Regulamentadora NR-06 (Equipamentos de Proteção Individual);
- Demais normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis.

4.4 Requisitos de Sustentabilidade

Sempre que possível, deverão ser priorizados:

- EPIs com maior vida útil;
- Materiais que reduzam a necessidade de substituições frequentes;
- Fornecedores que adotem práticas sustentáveis na fabricação e logística.

A contratada deverá observar, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.5 OS PRODUTOS deverão ser entregues em conformidade com o disposto na Proposta Comercial apresentada, EM RELAÇÃO A MARCA E ESPECIFICAÇÕES.

4.6 **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual**.

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de ser uma contratação de curto prazo e pelas características do objeto.

4.8 DAS AMOSTRAS

4.8.1 Os produtos que necessitam amostras, as mesmas estão condicionadas no próprio descritivo, **em que pese, a saber os seguintes itens: 56, 57, 58, 59, 61, 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 157, 158, 159 e 160.**

4.8.1.1 Em tempo, para aqueles que no descritivo, além da necessidade de apresentar as amostras, igualmente está sendo sugiras marcas, quando e se, o licitante apresentar proposta para aquelas marcas referenciadas, poderá ser dispensadas a amostra.

4.8.2 Os produtos da amostra, não serão computados no quantitativo registrado.

4.8.3 As amostras permanecerão na responsabilidade Divisão de Recursos Humanos até o encerramento do contrato/ata de registro de preços, para comparações com as entregas durante a execução contratual, no entanto, ao final da vigência, a contratada poderá retirar os itens amostrais.

4.8.4 Somente serão solicitadas as amostras aos licitantes classificados em primeira colocação.

4.8.4.1 Caso sejam desclassificadas as amostras do primeiro colocado, segue-se solicitando-as ao segundo colocado e assim sucessivamente até que forem aprovadas.

4.8.4.2 Caso nenhum classificado tenha suas amostras aprovadas o item será considerado fracassado.

4.8.5 A licitante terá o prazo máximo de 5 dias para que entregue ao pregoeiro (podendo ser por envio via correio ou assemelhados), com identificação em destaque ao item ao qual se referem.

4.8.5.1 A não observação a esta prazo, sem motivação justificada, será desclassificado automaticamente do certame.

7.1.3 DO TRATAMENTO ÀS AMOSTRAS

As amostras serão recepcionadas pelo Grupo de Trabalho (GT), que foi o responsável na definição das especificações técnicas, estabeleceu critérios de qualidade e deverá acompanhar o processo de aquisição de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os servidores do Município, com as seguintes funções:

I - Realizar o levantamento das necessidades de uniformes e EPIs para cada cargo e função no âmbito da Administração Municipal.

II - Elaborar as especificações técnicas detalhadas de cada item, que servirão de base para o Termo de Referência do processo licitatório.

III - Estabelecer os critérios objetivos para a avaliação e aprovação das amostras a serem apresentadas pelos licitantes.

IV - Prestar suporte técnico à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro durante o certame.

V - Atuar como comissão de recebimento dos materiais, atestando se os produtos entregues pelo fornecedor vencedor correspondem integralmente às amostras aprovadas e às especificações do edital.

Os requisitos mínimos a serem observados pelo GT na especificação dos Equipamentos de Proteção

Individual (EPIs) são:

I - Certificado de Aprovação (CA): Exigir que todo EPI possua Certificado de Aprovação válido, emitido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, devendo o número do CA constar na proposta e ser gravado de forma indelével no produto.

II - Adequação ao Risco: A especificação deve ser precisa quanto ao tipo de risco que o EPI visa proteger (ex: químico, físico, biológico, mecânico), em conformidade com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) ou o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da entidade.

III - Qualidade e Durabilidade: O material deve ser de alta qualidade, com costuras reforçadas, acabamento cuidadoso e resistência compatível com a atividade a ser desempenhada.

IV - Ergonomia e Conforto: O equipamento não deve restringir os movimentos do trabalhador nem causar desconforto que possa levar à sua não utilização.

E para os Uniformes, orientam-se pelos requisitos mínimos a serem observados pelo GT nas suas especificações são:

I - Padronização e Identidade Visual: Definir o layout, as cores, a aplicação de logotipos e os elementos de identificação do uniforme, mantendo a identidade visual da Administração Municipal.

II - Funcionalidade e Clima: O tecido e o modelo devem ser adequados às condições climáticas da região e à natureza da atividade (ex: tecidos leves e com proteção UV para atividades externas; tecidos mais resistentes para atividades operacionais).

III - Durabilidade e Manutenção: Exigir tecidos de fácil lavagem, baixa taxa de encolhimento e resistentes ao desbotamento.

IV - Segurança: Para funções operacionais, o uniforme não deve possuir partes soltas que possam se prender em máquinas. Para atividades noturnas ou em vias públicas, deve-se prever a inclusão de faixas refletivas.

As especificações técnicas e os critérios de avaliação definidos por este Grupo de Trabalho compõe o descritivo individual de cada item levado a este certame.

O Grupo de Trabalho terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o relatório final com as especificações técnicas e os critérios de avaliação, aprovando ou reprovando a marca apresentada no certame, representada pela amostra.

SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)
5.1 A entrega do objeto será de 30 (trinta) dias úteis, com início a contar da data da requisição, na forma que se segue:
5.1.1 Fica acordado da realização imediata, partir da requisição pela Secretaria interessada;
5.2 A execução contratual observará as rotinas abaixo:
5.2.1 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: compras@pmsjorge.pr.gov.br sendo condição obrigatória para empenho.
5.2.1.1 A Nota Fiscal Eletrônica – **DANFE – deverá conter as informações no campo do Código**

GTIN do referido material se for o caso;
5.2.1.2 A Nota Fiscal Eletrônica – **DANFE – deverá conter as informações referentes ao grupo 180 e ao grupo K (campo "k")** do referido material se for o caso;
5.2.2 A contratante encaminhará a Nota de Empenho à contratada com vistas à apresentação de garantia de recursos financeiros para a contratação do objeto;
5.2.3 A contratante encaminhará as informações necessárias à emissão dos documentos fiscais relativos a aquisição;

SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)
6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do contrato, **o Sr. CLAIR MARIANO DA COSTA, Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças, e fiscalizada pela fiscal administrativa dos contratos, a servidora BEATRIZ HORDINA, ainda, pelo fiscal técnico: GERSON AULER, e fiscais setoriais por Secretaria Administrativa,** todos nomeados pelo Decreto nº 4.782/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.
6.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
6.1.4.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
6.1.4.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
6.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).
6.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
6.1.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
6.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
6.1.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
6.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)
7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:
7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
a) não atender ao que fora requisitado pela Secretaria demandante;
b) não observado o tempo máximo para execução do objeto;
c) não proceder a instalação do equipamento no local designado e em plenas condições de funcionamento.
7.1.2 A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto.
7.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO
7.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
7.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa do objeto executado, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo uso do objeto, com a finalidade de verificar a adequação da entrega e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto, realizada em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
7.2.2.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
7.2.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
7.2.2.4 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
7.2.2.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
7.2.2.6 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.3.1 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
7.3.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
7.3.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
7.3.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
7.3.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 DO PAGAMENTO

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do produto, conforme este Termo de Referência.
7.4.2 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no item 7.3.

7.4.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

7.4.4 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.4.6 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.4.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período de prestação dos serviços;
e) o valor a pagar;
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
g) acompanhado da requisição dos serviços.

7.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
7.4.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.
7.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
7.4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
7.4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
7.4.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
7.4.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
7.4.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
7.4.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
7.4.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
EM = I x N x VP
Sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (6 / 100) I = 0,00016438
I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5 DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS REGISTRADOS:
7.5.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado **o mês de JANEIRO 2026,** desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.
7.5.2 A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostilamento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em, qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato.

7.5.3 O reequilíbrio dos preços registrados será realizado mediante a solicitação do fornecedor ou da administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante apostilamento, observando o disposto no inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
7.5.3.1 O pedido realizado pelo fornecedor para reequilíbrio de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do apostilamento.
7.5.3.2 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de reequilíbrio de preço.
7.53.3 A execução do objeto ou a extinção da ata de registros de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que ao reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo indenizatório.

7.6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
7.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.6.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
7.6.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.6.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
7.6.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7.6.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
7.6.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
7.6.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
7.6.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
7.6.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.6.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
7.6.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
7.6.10 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.6.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.6.12 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
7.6.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
7.6.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.7.1.1 executar o objeto da contratação conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.7.1.2 reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Municipalidade ou à órgão municipal, ou ainda à algum bem público municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.7.1.5 vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010 e e Inciso V do Parecer Jurídico nº 001.01.2018, da Assessoria Jurídica do Município de São Jorge D'Oeste/PR;

7.7.1.6 quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7.1.7 responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.7.1.8 comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.7.1.9 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.7.1.10 paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.7.1.11 promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.7.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.7.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do

menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
7.7.1.14 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
7.7.1.15 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
7.7.1.16 executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
7.7.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
7.7.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

7.8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
c) fraudar na execução do contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo; ou
e) cometer fraude fiscal.
7.8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
ii) Multa de:
(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante

a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.8.3 As sanções previstas nos subitens "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
6	Para os itens a seguir, deixar de: Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Para os itens a seguir, deixar de: Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
9	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
10	Para os itens a seguir, deixar de: Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Para os itens a seguir, deixar de: Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

7.8.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.8.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no

recolhimento de quaisquer tributos;
7.8.5.2 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
7.8.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
7.8.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
7.8.8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.8.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
7.8.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

SEÇÃO 8– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)
8.1 O fornecedor foi selecionado por apresentar a melhor proposta comercial conforme apuração na pesquisa de preços realizada.
8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www. portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www. portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:
8.12.1.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.12.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
8.12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
8.12.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
8.12.1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
8.12.1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
8.12.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
8.12.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
8.12.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
8.12.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
8.12.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.
8.12.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.12.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
8.12.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
8.12.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.12.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.2.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.12.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA
Não se aplica.

8.12.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA
Verificou-se que diante do caso concreto, que a não obrigatoriedade de apresentação dos requisitos para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não é relevante ante o valor da contratação, uma vez do seu fracionamento e da celeridade com que se verifica a não execução do objeto, no caso da CONTRATADA, quando considerada a disponibilização das imagens a quem tem competência para acompanha-las em tempo real.
Assim como, no caso em tela, durante a vigência do contrato, após a instalação dos equipamentos nos locais determinados, a sua remoção só acontecerá, por autorização da CONTRATANTE, mesmo que o investimento nestes equipamentos se dará por ônus da CONTRATADA.
Considerando ainda que a característica do objeto desta contratação, no caso de paralização, ou incapacidade da CONTRATADA de continuar a execução, não causará danos ao erário, apenas, a paralização de um serviço, embora essencial, mas que não interfere na execução dos demais serviços públicos.
Portanto, para não atentar a restrição de competitividade ao certame, a CONTRATANTE, desobriga aos licitantes a comprovação da qualificação econômica financeira, prevista no Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
(inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e alínea *i* do inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

9.1 A estimativa de preços apresentada foi devidamente precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e das instruções parametrizadas no Art. 46 de Decreto Municipal nº 3.927/2023.

9.2 O documento de solicitação para realização da pesquisa de preços com objetivo de estimar o preço máximo para esta contratação, está em anexo a este termo de referência e faz parte deste processo licitatório.

9.3 Abaixo, expõe-se ilustrativamente o Mapa da Pesquisa de Preços, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, responsabilidade atribuída pela Portaria nº 2738/2025:



Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Registro de preços, objetivando a futura ou eventual aquisição de Equipamentos de Proteção e segurança (EPI'S e EPC'S) a todos os setores vinculados a Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste - Pr.

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Data/Cotação
COT 1	CONFIAR COMERCIO DE EPI's LTDA	46.223.527/0001-86	16/01/26
COT 2	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (4 COTAÇÕES)	76.995.380/0001-03	
COT 3			
COT 4			

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	VALOR R$ Valor Global
1	Avental de PVC -VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental de segurança confeccionado em PVC, composição de 85% policloreto de vinila e 15% poliester, gramatura de 0,145g/m², forro dse poliester com tiras do mesm material, soldadas eletronicamente, sendo uma no pescoço e duas na cintura, com fivela plastica de engate rapidopara ajuste e fechamento e acabamento das laterais com solda eletronica. Pode ter variações quanto ao fechamento se com fivela , ilhós ou tiras, Avental com medidas minimas 100 X 0,70, maracção do CA na Etiqueta. Aprovado para proteção do tronco e membros superiores do usuario contra a umidade proveniente de operações com uso de água. MARCA DE REFERENCIA: PREVEMAX, PLASTCOR.	Und	55	25,00	29,52	30,00	24,13	24,13	30,00	27,16	1.327,15
2	Avental de PVC -VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental de segurança confeccionado em PVC, composição de 85% policloreto de vinila e 15% poliester, gramatura de 0,145g/m², forro dse poliester com tiras do mesm material, soldadas eletronicamente, sendo uma no pescoço e duas na cintura, com fivela plastica de engate rapidopara ajuste e fechamento e acabamento das laterais com solda eletronica, Pode ter variações quanto ao fechamento se com fivela , ilhós ou tiras, Avental com medidas minimas 120 X 0,70, maracção do CA na Etiqueta. Aprovado para proteção do tronco e membros superiores do usuario contra a umidade proveniente de operaçõet com uso de água. MARCA DE REFERENCIA: PREVEMAX, PLASTCOR.	Und	55	25,00	29,52	30,00	24,13	24,13	30,00	27,16	1.327,15
3	AVENTAL DE RASPA MODELO BARBEIRO COM MANGAS LONGAS - VESTIMENTA TIPO AVENTAL. Avental de segurança confeccionado em raspa, mangas longas de raspa, tira de raspa na cintura fixada por costura para ajustes nas costas, modelo barbeiro. Avental com medi- das minimas de 100 x 0,70cm. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para. Proteção do tronco e mem- bros superiores do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e termicos proveneu- tes de operações de soldagem e processos similares. MARCA DE REFERENCIA: KOCH	Und	5	186,00	96,31	102,59	99,79	96,31	186,00	121,17	481,55
4	Avental de Raspa- VESTIMENTA TIPO AVENTAL Descrição: avental de segurança confeccionado em raspa, tiras em raspa e fivelas meta- licas no pescoço e na cintura para ajustes. Avental com medidas minimas de 100 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: proteção do tronco do usua- rio contra agentes abrasivos, escoriantes e termicos provenientes de operações de sol- dagem e processos similares. TAMANHOS: P	Und	10	65,00	61,80	60,83	63,98	60,83	65,00	62,90	608,30
5	Avenal de Raspa- VESTIMENTA TIPO AVENTAL Descrição: avental de segurança confecciо- nado em raspa, tiras em raspa e fivelas meta- licas no pescoço e na cintura para ajustes. Avental com medidas minimas de 120 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: proteção do tronco do usua- rio contra agentes abrasivos, escoriantes e termicos provenientes de operações de sol- dagem e processos similares. TAMANHOS: P	Und	20	65,00	65,00	61,80	60,83	60,83	65,00	63,16	1.216,60
6	Avental Termico -VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental termico em tecido de algodão com camada impermeabilizante, com tiras de proprio tecido nas laterais e no pescoço, costura com linha de para-aramida, sem forro Avental com medidas minimas de 100 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco do usuário contra agentes termicos (pequenas chamas, calor de contato, convectivo, radiante e ferro fundido). TAMANHOS: M.	Und	20	285,00	155,00	169,00	164,00	155,00	285,00	193,25	3.100,00
7	Avental Termico- VESTIMENTA TIPO AVENTAL Avental termico em tecido de algodão com camada impermeabilizante, com tiras de proprio tecido nas laterais e no pescoço, costura com linha de para-aramida, sem forro. Avental com medidas minimas de 120 x 0,60cm. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: Proteção do tronco do usuário contra agentes termicos (pequenas chamas, calor de contato, convectivo, radiante e ferro fundido). TAMANHOS: G.	Und	20	285,00	155,00	169,00	164,00	155,00	285,00	193,25	3.100,00

8	BALACLAVA- Descrição: Capuz de segurança – touca de brim confeccionado em tecido de algodão tipo brim, fechamento através de velcro, modelo soldador. Cor a definir. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: proteção do crânio e pes- coço do usuário contra agentes abrasivos, es- coriantes e térmicos provenientes de opera- ções de soldagem e processos similares TAMANHOS: UNICO MARCA DE REFERENCIA: BRASCAMP, PRIME, SAYRO, NEXUS	Und	10	25,00	17,67	21,83	18,33	17,67	25,00	20,71	176,70
9	Bata - VESTIMENTA TIPO BATA Bata de segurança confeccionada em resina de polietileno, sem componentes metálicos, com pigmentos com produtos de gran alimentício, com capuz. GRAMATURA GR90 Marcação do CA: na etiqueta. Aprovado para: Proteção do crânio, pescoço, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com o uso de água. TAMANHO: UNICO MARCA DE REFERENCIA: -PREVEMAX	Und	3000	15,00	34,50	14,50	33,33	14,50	34,50	24,33	43.500,00
10	BONE ARABE- Descrição: Vestimenta de segurança tipo ca- puz confeccionado em tecido algodão, mo- delo arabe, elástico na nuca, fechamento frontal total por costuras. Marcação do CA: na etiqueta Aprovado para: proteção do crânio e pes- coço do usuário contra agentes abrasivos, es- coriantes e térmicos provenientes de opera- ções de soldagem e processos similares. TAMANHOS: UNICO MARCA DE REFERENCIA: BRASCAMP, PRIME, SAYRO, NEXUS	Und	80	35,00	27,00	25,37	24,86	24,86	35,00	28,11	1.988,80

11	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliester e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 36	PARES	1	753,00	773,68	1.010,00	883,75	753,00	1.010,00	855,11	753,00
12	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliester e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 37	PARES	1	753,00	773,68	1.010,00	883,75	753,00	1.010,00	855,11	753,00

13	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 38	PARES	1	753,00	773,68	1.010,00	883,75	753,00	1.010,00	855,11	753,00
14	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 40	PARES	4	753,00	773,68	1.010,00	883,75	753,00	1.010,00	855,11	3.012,00

15	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 41	PARES	1	753,00	773,68	1.010,00	883,75	753,00	1.010,00	855,11	753,00
16	BOTA DE CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado de segurança para bombeiros, desenho tipo D – bota até o joelho. Cabedal confeccionado em couro hidrofugado antichamas e resistência antiestática, resistente a isolação ao calor, com estrutura em material têxtil interna que promove isolamento térmico. Colarinho confeccionado em napa vestuário preenchido em espuma de alta densidade. Forração interna com material poliéster e poliamida, 100% impermeável de alta resistência abrasiva. Palmilha de montagem em fibras de aramida resistente a perfuração. Biqueiras não metálicas resistente ao impacto. Proteção frontal sobreposta em borracha. Palmilha interna removível confeccionada em material polimérico dublada com material têxtil. Solado montado pelo sistema de colagem solado/cabedal, antiestático e resistente ao calor. Calçado com fechamento total. Marcação do CA: No cabedal Cor: Preta Aprovado para: Proteção dos pés do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) provenientes de operações de combate a incêndio. TAMANHOS: 42	PARES	1	753,00	773,68	1.010,00	883,75	753,00	1.010,00	855,11	753,00

17	BOTA DE SEGURANÇA CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota cano longo, impermeável, inteiro polimérico, resistente à baixa temperatura, confeccionado em poliuretano injetado com propriedade antiestática, resistência química, com sistema de absorção de energia no solado, resistente ao oleo combustivel e resistência ao escorregamento, cor verde com solado preto. Marcação do CA: no solado Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem química. TAMANHOS: 41 MARCA DE REFERÊNCIA: VULCABRAS	PARES	2	165,00	179,99	250,00	200,00	165,00	250,00	198,75	330,00
18	BOTA DE SEGURANÇA CANO LONGO - TIPO D Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota cano longo, impermeável, inteiro polimérico, resistente à baixa temperatura, confeccionado em poliuretano injetado com propriedade antiestática, resistência química, com sistema de absorção de energia no solado, resistente ao oleo combustivel e resistência ao escorregamento, cor verde com solado preto. Marcação do CA: no solado Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem química. TAMANHOS: 42 MARCA DE REFERÊNCIA: VULCABRAS	PARES	4	165,00	179,99	212,80	200,00	165,00	212,80	189,32	660,00
19	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXÍVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 34**	PARES	5	150,00	112,50	120,00	116,00	112,50	150,00	124,63	562,50

20	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXÍVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 35** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	115,00	120,00	140,00	115,00	150,00	131,25	575,00
21	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXÍVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 36** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	120,00	119,00	122,35	119,00	150,00	127,84	595,00

22	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 37** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10	150,00	120,00	119,00	122,35	119,00	150,00	127,84	1.190,00
23	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 38** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	UND	10	150,00	120,00	119,00	122,35	119,00	150,00	127,84	1.190,00

24	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 39** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	UND	10	150,00	120,00	119,00	122,35	119,00	150,00	127,84	1.190,00
25	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removível, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos químicos e a isolação elétrica, Branca com solado bege. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de água, contra agentes térmicos (frio) e contra riscos de origem química. **TAMANHOS: 40** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	161,95	120,00	122,35	120,00	161,95	138,58	600,00

26	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D. Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação eletrica. Branca com solado bege Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuario contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade provenientes de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 41** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	161,95	120,00	122,35	120,00	161,95	136,58	600,00
27	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D. Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação eletrica, **Branca com solado bege**. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuario contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade provenientes de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 42** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	161,95	120,00	122,35	120,00	161,95	136,58	600,00

28	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D. Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação eletrica, **Preta com solado Preto**. Marcação do CA: no solado Aprovado Para: proteção dos pés do usuario contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade provenientes de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica **TAMANHOS: 34** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	112,50	120,00	119,00	112,50	150,00	125,38	562,50
29	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D. Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação eletrica, **Preta com solado Preto**. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuario contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade provenientes de operações com uso de água, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 35** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	98,00	119,00	120,00	98,00	150,00	121,75	490,00

30	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação elétrica. **Preta com solado Preto**. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de agua, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 36** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	5	150,00	103,50	96,00	120,00	98,00	150,00	117,88	490,00
31	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação elétrica. **Preta com solado Preto**. Marcação do CA: no solado Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de agua, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 37** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10	150,00	99,33	120,00	119,00	99,33	150,00	122,08	993,30

32	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação elétrica. **Preta com solado Preto**. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de agua, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 38** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10	150,00	99,33	112,50	119,00	99,33	150,00	120,21	993,30
33	BOTA DE SEGURANÇA EM PVC FLEXIVEL CANO LONGO - TIPO D: Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota cano longo, confeccionado em EVA, palmilha interna removivel, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente a absorção de energia na região do salto, ao isolamento ao frio, ao contato com produtos quimicos e a isolação elétrica. **Preta com solado Preto**. Marcação do CA: no solado. Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes, contra umidade proveniente de operações com uso de agua, contra agentes termicos (frio) e contra riscos de origem quimica. **TAMANHOS: 39** MARCA DE REFERENCIA: SOFT WORKS	PARES	10	150,00	99,33	112,50	120,00	99,33	150,00	120,46	993,30